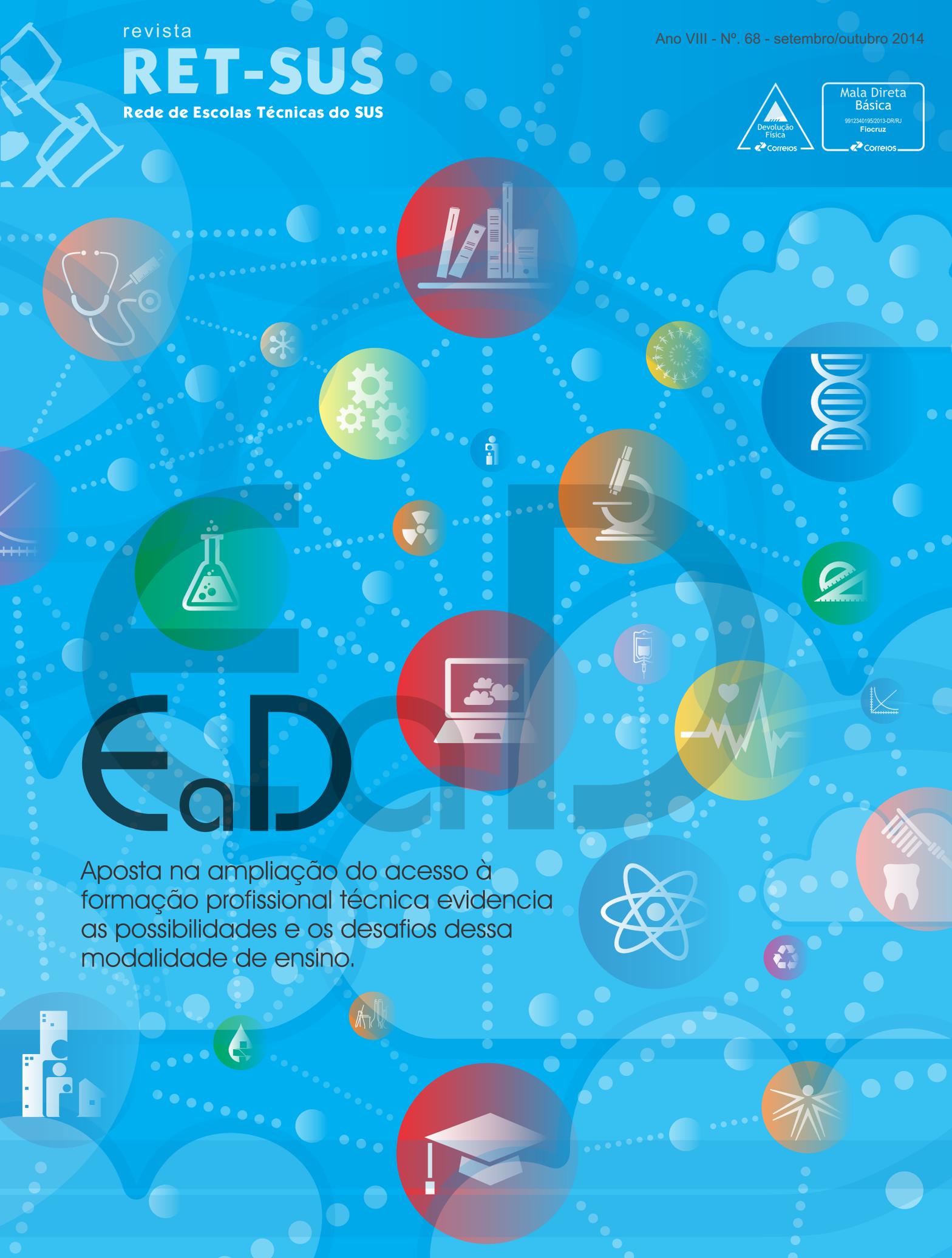




# EAD

Aposta na ampliação do acesso à formação profissional técnica evidencia as possibilidades e os desafios dessa modalidade de ensino.



## sumário

2 ■

### especial

Caminhos exitosos da produção científica

4 ■

### em rede

- Inovação na formação em Enfermagem
- Um dia para entrar na história da Rede

11 ■

### entrevista

Oscar Feo: 'A saúde passou a ser um espaço fundamental da economia'

14 ■

### capa

Educação a distância com poder de democratização

22 ■

### escola em foco

Uma década de colaboração e quase 30 anos de criação

26 ■

### trajetórias

Imunologia de forma lúdica

28 ■

### aconteceu

Um giro pelas escolas de Minas Gerais, Vitória, Rondônia, Santa Catarina, Ceará, Maranhão, Paraná, São Paulo e Paraíba

32 ■

### panorama

Medidas para reduzir número de cesarianas são submetidas à consulta

## Democratização do ensino

O que se entende por educação a distância (EaD)? A quem serve? Quais são os benefícios e entraves dessa modalidade de ensino? As perguntas estão respondidas na matéria de capa desta edição da Revista da RET-SUS ao anunciar uma nova plataforma virtual de aprendizado, desenvolvida pela Universidade do Rio Grande do Norte, a pedido do Ministério da Saúde, com a “cara” das escolas técnicas do SUS. A iniciativa pretende dar conta do desafio de ampliação e democratização do acesso à formação profissional técnica de nível médio.

A seção ‘Especial’ dessa edição é sobre a 4ª Reunião dos Comitês Consultivo e Executivo da Biblioteca Virtual da Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS), promovida pela Secretaria Executiva da biblioteca — sediada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) —, nos dias 25 e 26 de setembro, reunindo bibliotecários e representantes das ETSUS.

Na seção ‘Em Rede’, nossos leitores poderão conferir a cobertura do 14º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn), realizado em agosto, além da aula inaugural do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para os trabalhadores das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), promovida em 1º de setembro. Fruto de um convênio entre o Ministério da Saúde e a EPSJV, a turma-piloto é composta por 21 profissionais das nove escolas do Nordeste.

A edição desse bimestre destaca-se, ainda, pela cobertura do evento que comemorou os 29 anos da EPSJV e os 10 anos como centro colaborador da OMS para Educação de Técnicos em Saúde. O aniversário, pauta da seção ‘Escola em Foco’, contou com a participação do médico venezuelano e coordenador nacional da Universidade de Ciências da Saúde da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), Oscar Feo. Ele conversou com a RET-SUS, como poderão conferir na seção ‘Entrevista’, sobre o interesse de entidades financeiras, como o Banco Mundial, em participar da elaboração das políticas de saúde em nível global, em contraposição ao que defende a Medicina Social.

A seção ‘Trajetória’ revela como a professora da EPSJV Flávia Ribeiro criou um jogo pedagógico sobre conteúdos complexos, estimulando e facilitando o processo de aprendizagem de alunos do ensino médio.

Em ‘Aconteceu’, um giro pela ESP-MG, ETSUS Vitória (ES), Cetas (RO), ETSUS Blumenau (RS), ESP-CE, ETSUS Maranhão, Cefor-PR e Cefor-PB. Finalizando a edição, em ‘Panorama’, um alerta para o alto número de cesarianas realizadas no país, especialmente na rede privada de saúde.

Boa leitura!

## Conselho Editorial da RET-SUS

## expediente

Ano VIII - nº 68 - setembro/outubro de 2014  
Revista RET-SUS  
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil  
ISSN 1980-9875

**Conselho Editorial** (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

**Aldiney José Doreto** (Deges/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O´Dwyer** (Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **Felix Rigoli** (Opas/OMS); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Evelyn Ana Cafure** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Laura Aparecida Chistiano Santucci** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

**Tiragem** 11.000 exemplares . **Impressão:** Walprint Gráfica e Editora

### Endereço

Secretaria de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Mangueiras . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil  
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . [retsus@fiocruz.br](mailto:retsus@fiocruz.br) . [www.retsus.fiocruz.br](http://www.retsus.fiocruz.br)

### Editoria Geral

Katia Machado  
**Reportagem e redação**  
Flávia Lima, Maíra Mathias e  
Ana Paula Evangelista  
**Projeto Gráfico e Diagramação**  
Mário Carestiatto  
**Capa**  
Mário Carestiatto  
**Assistente de Gestão**  
Fernanda Martins  
**Periodicidade**  
Bimestral



Ministério da Saúde  
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



BVS-EPS reúne bibliotecários e representantes das ETSUS em busca da qualificação da divulgação e da disseminação do conhecimento.

## Caminhos exitosos da produção científica

especial

Ana Paula Evangelista

Qualificar a divulgação e a disseminação da produção científica do campo da Educação Profissional em Saúde. Esse foi o objetivo da 4ª Reunião dos Comitês Consultivo e Executivo da Biblioteca Virtual da Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS), promovida pela Secretaria Executiva da biblioteca — sediada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) —, no Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de setembro, reunindo bibliotecários e representantes das escolas técnicas do SUS (ETSUS). Vale citar que a BVS-EPS é um projeto de construção coletiva de âmbito nacional, coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), orientado por um Comitê Consultivo nacional, sob a liderança da EPSJV e do Instituto de Comunicação, Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), ambas unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O encontro, iniciado pela mesa redonda *Desafios e perspectivas para a BVS*, contou com a participação de José Luiz Antunes, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fátima Martins, coordenadora das bibliotecas da Fiocruz, Aldiney Doreto, coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Dege/Sgtes/MS) e da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), e Cristiane Andrade, coordenadora da BVS-EPS. “Ouvir os comitês é muito importante, pois eles nos dão pistas para pensarmos o campo da Educação Profissional em Saúde e suas temáticas”, observou Cristiane.

Em sua avaliação, a reunião foi bastante oportuna, pois permitiu traçar os planos de trabalho de cada integrante dos comitês, bem como da biblioteca virtual, e discutir a inserção de materiais e documentos na base da BVS-EPS, com vista a ampliar a divulgação de produções científicas e didáticas da EPS. Segundo Cristiane, pactuar o plano de trabalho contribui para o fortalecimento do trabalho em rede de divulgação do conhecimento. “Foi bastante interessante conhecer a realidade das escolas técnicas, para que possamos ir à busca de melhorias das condições de trabalho nas bibliotecas”, revelou.

Durante os dois dias do evento, os participantes refletiram sobre a pertinência das áreas temáticas — Trabalho e Educação; Trabalho e Saúde; Educação e Saúde; e Gestão em Saúde — e revisaram a matriz de responsabilidades da biblioteca virtual. Eles foram, ainda, contemplados com a apresentação de um tutorial da BVS-EPS — recurso educativo desenvolvido em parceria com o Icict —, mostrando ao usuário como navegar pelo ambiente, as ferramentas, os tipos de pesquisa e todas as outras funções que a biblioteca virtual oferece. Cristiane lembra que o objetivo da biblioteca é promover a operação cooperativa e

descentralizada da rede de fontes de informação científica e técnica em EPS, visando proporcionar o acesso equitativo e estimular o uso da informação científica e técnica atualizada e relevante relacionadas ao campo no país. Outro objetivo, acrescenta, é integrar as fontes de informação, definindo critérios de seleção, análise e disseminação da informação científica e técnica relevante, articulando instituições envolvidas com o tema.

## ■ Papel norteador

Coube à Doreto tratar da formação da RET-SUS e do papel das escolas técnicas do SUS (ETSUS) como instâncias formadoras criadas para dar respostas às necessidades de preparação de pessoal dos níveis básico e técnico para o setor saúde. De acordo com ele, a RET-SUS tem a missão de nortear políticas públicas de formação de pessoal de nível médio para a saúde, ordenar a formação de trabalhadores da EPS, evidenciar cenários e contextos que subsidiem a construção dessa política, dar visibilidade ao tema e realizar leitura crítica dos instrumentos de ordenação da política de EPS. “O técnico em radioterapia necessita de um ano de formação, e essa é uma área que carece de profissional”, exemplificou ao falar sobre o papel de evidenciar cenários e contextos que subsidiem a construção da política de EPS.

Doreto citou, também, o papel que as ETSUS têm de incluir trabalhadores nos processos educativos de forma ordenada e sistemática, além de certificar o trabalhador no campo educacional e laboral e fortalecer o potencial da RET-SUS como instâncias certificadoras da EPS. “Nós temos várias instituições competentes parceiras que promovem formações técnicas, mas que não têm autorização de certificação”, frisou, dando como exemplo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), no Rio.

Ele tratou das características pedagógicas que diferenciam as ETSUS das demais escolas profissionalizantes. “Nossas escolas buscam privilegiar o eixo metodológico prática-reflexão-prática, desenvolver estratégias pedagógicas problematizadoras e metodologias educativas inovadoras que favoreçam a inclusão e a permanência de trabalhadores em processos educativos”, citou, lembrando que a Rede tem lançado mão da Educação a Distância (EaD) e da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para que possa alcançar um número maior de alunos com a mesma eficiência e eficácia dos cursos presenciais (ver matéria de capa). Segundo Doreto, ainda do ponto de vista pedagógico, as ETSUS buscam oferecer aos profissionais dos serviços uma formação docente que considere o espaço de trabalho não só como lócus assistencial, mas como local de aprendizagem, validar metodologias de avaliação dos alunos e dos serviços, desenvolver metodologias de EaD, possibilitar a execução curricular descentralizada e identificar os princípios e diretrizes do SUS como norteadores dos planos dos cursos.

Quanto ao campo da informação, ele informou que as ETSUS buscam construir bancos de dados que possam identificar demandas e oferta, alimentar de forma sistemática essa fonte de dados, programar fóruns de discussão e organizar informações sobre a escolaridade dos trabalhadores, para estabelecer estratégias de articulação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Já, do ponto de vista da gestão, as escolas têm como objetivos agilizar os processos administrativos, conhecer o processo de gestão e o fluxo dos recursos financeiros destinados à educação em saúde, centralizar toda a escrituração escolar e identificar a base legal que sustenta a estrutura e o funcionamento dos serviços de saúde e de educação. ■



Em sua 14ª edição, o Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem traz para o debate o ensino para uma formação ética e responsável.

## em rede

Flávia Lima

## Inovação na formação em Enfermagem

Sob o tema *Educação em Enfermagem: qualidade, inovação e responsabilidade*, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) promoveu, de 6 a 8 de agosto, o 14º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn), em Maceió (AL), reunindo cerca de 700 participantes de vários estados brasileiros e países da América Latina, Caribe e Portugal, bem como a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). Estruturado em três eixos temáticos — Modelos pedagógicos inovadores potentes para a formação generalista, ética e responsável de profissionais de enfermagem; Formação em Enfermagem e o cenário atual do trabalho em saúde nacional e internacional; e Pós-Graduação e Pesquisa —, o evento agregou, ao todo, 550 trabalhos científicos e relatos de experiências. “A presença de vários segmentos da educação, bem como das escolas técnicas do SUS, culminou em um caldeirão de ideias e propostas”, observou a presidente da ABEn e do 14º SENADEn, Ângela Maria Alvarez. “Devemos consolidar ainda mais essa parceria com a Rede”, anunciou. Não por um acaso que o Seminário Nacional da RET-SUS aconteceu concomitantemente ao 66º Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), organizado pela ABEn, de 27 a 30 de outubro, em Belém (PA).

Seguindo a tradição, o 14º SENADEn — realizado em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) — foi dividido em conferências, mesas-redondas, cursos, oficinas, reuniões de interesse, fóruns, atividades culturais e lançamento de produções acadêmicas, além da Tenda de Educação Popular em Saúde Damião Alexandrino, culminando na aprovação da Carta de Maceió para a Educação em Enfermagem (documento editado no box da pág.07), cujo objetivo foi favorecer o envolvimento e o compromisso da comunidade acadêmica com as questões relativas à política de formação profissional e propiciar a discussão à respeito de



Ana Paula Evangelista / RET-SUS

Ângela Maria (ao centro) reforça compromisso da ABEn com o desenvolvimento da enfermagem.

parcerias institucionais, internas e externas à Enfermagem. “Esse evento tem oportunizado debates e reflexões que se tornaram proposições de reformulação das diretrizes curriculares na área”, esclareceu Ângela.

Ela discorreu, ainda, sobre o compromisso da associação com as causas relacionadas ao desenvolvimento técnico, científico e político da categoria, a exemplo da participação da ABEn na mobilização pela regulamentação da jornada semanal de trabalho de 30 horas para a Enfermagem. “Não há acordo para inclusão do Projeto de Lei sobre o tema na pauta da Câmara dos Deputados, diminuindo nossas chances de ter a proposta aprovada ainda neste ano, mas continuamos na luta”, destacou, referindo-se ao Projeto de Lei nº 2.295/2000, que há 14 anos tramita na Casa Parlamentar.

## ■ Intensa participação

Na roda de conversa *Capacitação de Facilitadores do Curso Qualidade e Segurança do Paciente*, o objetivo foi apresentar a proposta de formação que envolve profissionais da enfermagem de hospitais e das ETSUS. O curso, organizado pelo Ministério da Saúde e Hospital Sírio Libanês, tem como objetivos promover a discussão e a disseminação do conceito de segurança do paciente e fortalecer os núcleos de segurança do paciente nas organizações de saúde, por meio da capacitação de enfermeiros facilitadores. Segundo o coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS) e da RET-SUS, Aldiney José Doreto, a meta é atingir, na primeira etapa, 200 profissionais — 80% provenientes de hospitais e 20% das ETSUS. Os encontros — que serão presenciais — acontecem entre agosto e dezembro deste ano, colocando em debate questões como protocolos de segurança, ferramentas de ensino e qualidade, além do próprio Programa Nacional de Segurança do Paciente.

Na mesa-redonda *Quantitativo versus qualitativo dos cursos de Enfermagem: quem sai ganhando?*, Doreto, que é formado em Enfermagem, falou sobre o tema da demografia e do mercado de trabalho do enfermeiro no Brasil, a partir de uma pesquisa que traz a variação percentual de concluintes por curso de graduação em Saúde no Brasil, no período de 2000 a 2010. Segundo o levantamento, a Enfermagem foi responsável pelo maior percentual (21%) de concluintes na área da Saúde, em 2010, seguida pela Educação Física (16%). Quanto ao curso de Medicina, o número de concluintes cresceu 74% neste período. No entanto, sua participação caiu de 13%, em 2000, para 6%, em 2010. Na análise por região brasileira, a pesquisa revelou crescimento dos cursos de graduação em Saúde de 65%,

em média, nas regiões Sul e Sudeste. As regiões Norte e Nordeste tiveram, também, um expressivo aumento: Norte ampliou de 57 para 359 cursos (529%); e Nordeste, de 172 para 904 (425%). Já a região Centro-Oeste cresceu 311% em dez anos.

Na mesa-redonda *Educação Técnica em Enfermagem e Saúde: desafios e perspectivas*, Doreto abordou a importância da RET-SUS na formação profissional técnica e na qualidade dessa formação para o SUS. Segundo ele, as escolas integrantes da Rede estão organizadas e estruturadas conforme os requisitos e padrões normativos e legais estabelecidos pela área da Educação e as demandas das políticas de Saúde do SUS, tendo como foco a formação e a qualificação do trabalhador que está em serviço. “É imprescindível que as ETSUS ampliem suas articulações com organismos e colegiados do SUS, como as comissões de Integração Ensino-Serviço (Cies), bem como da Educação, como os conselhos estaduais de Educação (CEE), para que se tornem cada vez mais protagonistas no plano das negociações das políticas de Saúde e Educação nos estados e municípios”, recomendou.

Ele destacou como desafios para as escolas da Rede — ao todo, 40 — a integração da diversidade, a multiplicidade de atores influenciando o processo de decisão, execução e controle do processo educacional, a estrutura policêntrica, o espaço de produção de conhecimento e pesquisas avaliativas no impacto da formação na qualificação das práticas laborais do trabalhador e a execução do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) do Ministério da Saúde, lançado em dezembro de 2009 e cuja aposta foi a formação técnica em Vigilância em Saúde, Radiologia, Citopatologia e Hemoterapia, além das áreas de Saúde Bucal, Prótese Dentária, Manutenção de Equipamentos e Enfermagem. “A RET-SUS precisa ser mais proativa nos processos pedagógicos e de gestão, repensando, reformulando ou adequando o projeto político pedagógico das escolas”, orientou.

Seguida a Doreto, a pedagoga e mestre em Ciências da Saúde, Ena de Araújo Galvão, diretora da Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb), apontou os principais desafios da formação técnica, pós-técnica e da educação permanente em enfermagem, na perspectiva do fortalecimento da categoria e da melhoria da qualidade do cuidado à saúde. Entre os desafios destacou o desenvolvimento da autonomia do estudante, a integração dos conhecimentos, a formação para o SUS na perspectiva individual, familiar e de grupos sociais, a articulação entre formação e trabalho, a centralização do processo educativo na figura do aluno, a avaliação do docente, do aluno e do processo ensino-aprendizagem, a identificação das competências que constituam o referencial para a formação, bem como a construção



Festa típica do Nordeste, o Rei-sado (ou Folia dos Reis) anima a abertura do SENADEn.

de sistemas de validação de competências e profissionais egressos, o desenvolvimento da capacidade de constante adaptação às mudanças, a apropriação da tecnologia como ferramenta pedagógica e a compreensão das exigências impostas pelo processo produtivo. “A educação para o século 21 está sobre quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser”, citou, fazendo alusão às orientações do economista e político francês Jacques Delors, no livro *Educação: um tesouro a descobrir*.

### Perspectivas

A diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Nilva Schroeder, pontuou os desafios e as perspectivas da educação técnica em Enfermagem. Segundo ela, é preciso promover a integração entre políticas de trabalho, educação e desenvolvimento social e econômico, bem como a concepção de educação como direito, a articulação entre as ações voltadas à educação profissional e as políticas estruturantes de inclusão social, combate à pobreza e redução das desigualdades regionais, a promoção de ações afirmativas para atender aos grupos em situação de vulnerabilidade social — vítimas de preconceito e de discriminação —, o regime de coordenação e cooperação, o diálogo, a participação e o controle social e a aderência de ofertas e demandas. “Precisamos de um projeto pedagógico que seja a expressão de um posicionamento ético, político e epistemológico”, frisou, defendendo uma formação técnica integral, com foco no desenvolvimento para a vida social e profissional, no trabalho como princípio educativo e na integração com a ciência, a tecnologia

e a cultura, além da pesquisa como princípio pedagógico, a superação da fragmentação do conhecimento e da segmentação curricular.

Na mesa-redonda *Políticas de integração em Educação de Enfermagem para a América Latina e Caribe*, o vice-presidente da Federação Pan-Americana de Profissionais de Enfermagem e professor da Faculdade de Enfermagem Lídia Doce, em Havana (Cuba), Carlos Agustín León Róman, ressaltou a necessidade de se desenvolver mecanismos de cooperação técnica e colaboração com os ministérios da Saúde da América Latina e Caribe, com foco na promoção de políticas e planos nacionais de desenvolvimento da Enfermagem. “É essencial que nossos líderes se concentrem sobre a força de trabalho da Enfermagem para que consigamos alcançar uma melhor saúde para todos”, indicou.

A professora titular do Departamento de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Márcia Assunção Ferreira, abordou os desafios da pós-graduação em Enfermagem na América Latina e Caribe quanto ao tema da integração. Entre eles, destacou o planejamento e o financiamento como exigências prévias a qualquer tentativa de integração, a infraestrutura, tanto material quanto pessoal, para que se possam garantir meios de alcançar os fins dos acordos, o domínio das línguas espanhola e portuguesa, as políticas econômicas e prioritárias de governos na destinação de verbas orçamentárias para Educação, Ciência e Tecnologia, face às diversas crises próprias do momento atual, e a busca de recursos nos organismos nacionais e internacionais. “O que nos é possível constatar é a necessidade urgente de um projeto político para a Enfermagem, uma vez que a integração é requerida pela atual conjuntura político-social dos países que formam a região”, observou. ▀

## Carta de Maceió para a Educação em Enfermagem no Brasil

Aprovada na plenária final do 14º SENADEn, o documento traz 26 recomendações. São elas, resumidamente:

1. Assumir a ordenação da formação de profissionais de Enfermagem para atender as demandas do SUS e da população brasileira.
2. Revisar e atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação do enfermeiro.
3. Adequar os referenciais curriculares para a formação profissional de nível médio, no que concerne à Enfermagem e às mudanças do modelo de atenção à saúde.
4. Estabelecer portaria interministerial para regulamentar o papel do CNS no processo de abertura, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação em Enfermagem.
5. Criar o Observatório de Recursos Humanos em Enfermagem.
6. Rever os critérios adotados nas análises de empregabilidade da força de trabalho da Enfermagem no Brasil.
7. Aplicar os indicadores previstos no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep/MEC).
8. Incluir a Enfermagem como parte do conjunto das demandas de campos de práticas no SUS, assegurando cenários de práticas clínicas e de estágio supervisionado.
9. Incluir a Enfermagem na definição da política nacional de preceptoría, para a formação no nível de graduação, residência e formação profissional de nível médio.
10. Recomendar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabeleça portarias normativas para a formação das profissões de saúde.
11. Ampliar o número de programas de residência por área profissional e multiprofissional.
12. Investir na melhoria da qualidade dos programas de residência em funcionamento.
13. Fomentar estudos que analisem o impacto dos egressos dos programas de residência nos serviços de saúde.
14. Ampliar a oferta de programas de Residência Multiprofissional em Saúde, com distribuição mais equitativa no território nacional.
15. Reativar a Comissão de Especialistas em Educação em Enfermagem, junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC.
16. Revitalizar os debates e as iniciativas de formação de especialistas de Enfermagem para atender às necessidades de cuidados em saúde de mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos.
17. Recomendar à Capes que aperfeiçoe ou amplie as políticas indutoras de formação de mestres para o exercício da docência nos cursos de Saúde.
18. Propor o redimensionamento da oferta de vagas nos cursos, escolas e faculdades de Enfermagem.
19. Reiterar os termos contidos no documento-base dos conselhos profissionais da área de saúde, contrários à formação em Enfermagem na modalidade EaD, no âmbito da graduação e do ensino profissional de nível médio.
20. Criar o Fórum de Avaliadores de Curso de Enfermagem do Inep, prevendo encontros no CBEn e SENADEn.
21. Propor diretrizes para o desenvolvimento de uma política de preceptoría para as atividades práticas e o estágio supervisionado na graduação e na formação profissional de nível médio em Enfermagem.
22. Estabelecer parâmetros de qualidade para a formação em Enfermagem.
23. Propor diretrizes que estimulem a convergência de currículos para a formação em Enfermagem, em especial entre os países da América Latina e Caribe.
24. Aprofundar estudos e debates sobre a formação de professores para o exercício da docência na educação básica e na educação profissional de nível médio em Enfermagem, com prioridade para a licenciatura em Enfermagem.
25. Participar do debate e das deliberações do Programa Brasil Profissionalizado.
26. Criar o Departamento de Educação Popular em Saúde na ABEn, para estimular a transformação das atividades de Educação em Saúde.

Turma-piloto do mestrado profissional da RET-SUS inicia com debate sobre a iniquidade do acesso a uma formação em ciência e tecnologia de qualidade.

## Um dia para entrar na história da Rede

em rede

Maira Mathias

O dia 1º de setembro de 2014 marca a história da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), dando início ao Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para os trabalhadores das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS). Fruto de um convênio entre o Ministério da Saúde e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), a turma-piloto é composta por 21 profissionais das nove escolas do Nordeste. “O curso teve um percurso duro até sua concretização. Mas, se pretendemos fazer um SUS diferente, isso passa pela sala de aula, por uma formação consistente que potencialize a atuação dos atores locais dentro das secretarias de saúde”, avaliou o coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Dege/SGTES/MS), Aldiney Doreto, ao dar boas vindas aos alunos.

O diretor da EPSJV, Paulo César Ribeiro, lembrou que a oferta é um “sonho antigo” da escola e uma forma de estreitar ainda mais relações com as demais instituições da RET-SUS. “A Fiocruz entende a importância da formação de trabalhadores técnicos como forma de consolidar e tornar o sistema de saúde efetivamente universal”, disse, lembrando a importância de fazer com que os trabalhadores entendam-se como parte de um modelo produtivo que atua, interfere e atravessa a organização do SUS. “Os interesses em disputa são muitos e precisamos ter clareza de quais são eles para que possamos refletir criticamente e tenhamos capacidade de intervir e transformar esses processos”, acrescentou.

Divididos em momentos de concentração, na sede da EPSJV, e de dispersão, em seus estados.



## ■ Aula inaugural

A iniquidade do acesso a uma formação em ciência e tecnologia de qualidade e os consequentes impactos para a classe trabalhadora foram algumas das reflexões trazidas pela doutora em Educação e professora da Universidade Feevale, em Nova Hamburgo (RS), Acácia Kuenzer, durante a aula inaugural do mestrado profissional. Sob o tema *A dualidade estrutural e suas manifestações no capitalismo contemporâneo*, a professora buscou apontar as diferenças entre dois momentos do modo de produção capitalista — taylorismo/fordismo x toyotismo — para compreender o que está oculto por trás do discurso hegemônico desde a década de 1980.

Segundo Acácia, há uma falsa ideia de que há “oportunidades para todos”. Com base no acúmulo de vinte anos de pesquisas, ela explicou que a dualidade estrutural — entendida como a separação entre aqueles que detêm os meios de produção e os trabalhadores — tornou-se mais aguda com a globalização e está longe de ter sido superada. “O discurso sobre a globalização traria como hipótese um aligeiramento da contradição entre capital e trabalho, com mais oportunidades e menos sofrimento para a classe trabalhadora. A hipótese da qual eu parto é que esse novo regime da acumulação, chamado flexível, aprofunda as diferenças de classe e não as atenua. E, ao fazê-lo, também aprofunda a dualidade estrutural”, explicou.

Ela observou, contudo, que para compreender a dualidade é preciso ter em vista que suas origens não estão na escola e, portanto, não será resolvida nesse espaço. “A dualidade estrutural se origina na sociedade capitalista e reside na distribuição desigual dos meios de produção. Enquanto os meios de produção estiverem nas mãos de poucos — e a uma expressiva maioria somente restar a força de trabalho para vender —, a dualidade estrutural não será superada”, afirmou.

Em sua análise, tal superação somente será possível na medida em que a sociedade capitalista for superada. “Isso significa uma paralisia?”, questionou, respondendo negativamente: “A transformação da sociedade é um processo que se desenrola dia após dia. Há, por um lado, projetos pedagógicos mais favoráveis à criação de uma consciência coletiva, de uma organização dos trabalhadores que facilite a superação do modo de produção capitalista. Por outro, projetos pedagógicos que acentuam essa visão burguesa de mundo, naturalizando-a”, comparou, afirmando que, para compreender os espaços de atuação, é preciso pensar na formação de subjetividades mais comprometidas com a construção do projeto contra-hegemônico da classe trabalhadora.

## Semente produtiva

O mestrado da EPSJV, inaugurado em 2008, remonta os anos de 2002 e 2003, quando a escola elaborou e coordenou a Especialização Lato Sensu em Educação Profissional, a partir de demanda do Centro de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes). Na ocasião, foram formados 40 profissionais, e as monografias desenvolvidas culminaram na criação da Estação de Pesquisa da ETSUS Unimontes, que integra a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde.

Assim, a especialização impulsionou a criação do mestrado profissional, que foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2007. Desde então, a EPSJV já ofereceu sete turmas regulares do curso, somando 72 dissertações defendidas e 59 alunos, hoje, matriculados, incluindo os trabalhadores das ETSUS.

Para viabilizar a oferta para a Rede, algumas adaptações foram feitas. Ao invés da oferta regular, ao longo dos 24 meses de duração prevista do curso, os alunos da





turma-piloto dividem-se em momentos de concentração e dispersão. No primeiro e segundo semestres, por exemplo, quando a carga de disciplinas é maior, haverá quatro momentos de concentração, com duração de 15 dias cada — o financiamento do deslocamento dos alunos dos nove estados do Nordeste ao Rio de Janeiro (sede da EPSJV) e da estada na cidade ficam a cargo do Ministério da Saúde. As aulas acontecem de segunda à sexta-feira, e, no sábado, na parte da manhã, os encontros com os orientadores.

Durante a dispersão, os alunos desenvolverão atividades orientadas pelos professores, contando com ferramentas de comunicação como o Skype (software que permite comunicação pela internet por meio de conexões de voz sobre IP) para tirar dúvidas. A coordenação do curso também criou uma página no Facebook para facilitar a comunicação. “Essa turma é o nosso público-alvo desde quando esse mestrado foi pensado”, revelou o coordenador do curso e professor da EPSJV, Júlio França Lima. Segundo ele, o mestrado revestiu-se como uma proposta de formação de dirigentes, professores e demais trabalhadores da área da Educação Profissional em Saúde, especialmente da RET-SUS. “Os alunos-trabalhadores da Rede trazem uma carga de experiência importante. Eles já passaram por diversas propostas, como o Profaps [Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde], o Profae [Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem] e o Larga Escala [Programa de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e Elementar para os Serviços Básicos de Saúde]. Estamos conversando com o público que a gente de fato quer formar”, afirmou.

Diretora da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (Etsal), Janaína Duarte Andrade reúne as características citadas por Júlio. Há onze anos na escola como servidora concursada, viveu a experiência do fim do Profae, quando a escola ainda era Centro Formador de Recursos Humanos para Saúde. “Em junho de 2014, completamos dez anos de escola técnica, criada a partir da unificação do Centro Formador com a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas”, recordou. A oportuni-

dade de realizar o mestrado vem sendo encarada como mais um passo no processo de institucionalização da escola, que estabeleceu convênio com o programa Brasil Profissionalizado para reformar e construir novos laboratórios e, no plano da gestão, recentemente, passou por um processo de revisão do regimento interno, avançando na direção da gestão participativa. “Há o colegiado com representação de toda a comunidade escolar e um processo de cogestão, com direito à voz e voto”, citou. O fato de a Etsal ser vinculada à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) auxiliou nesse processo, uma vez que a instituição também é gerida por colegiado, no qual a escola tem assento.

De acordo com Janaína, a Escola Técnica de Saúde de Alagoas pretende, nesse momento de fortalecimento e em consonância com a proposta do mestrado profissional, oferecer novos cursos, a exemplo do Técnico em Vigilância em Saúde. “Na medida em que vão surgindo novas demandas, temos que inserir novos atores e instigá-los a se apropriar da proposta pedagógica das ETSUS, formando profissionais críticos e reflexivos. Esse mestrado, para quem faz parte da escola, como eu e mais duas colegas, representa uma oportunidade de rever nossas práticas”, avaliou a diretora.

Representante da nova geração de trabalhadores da RET-SUS, Josinaldo Bernardo integra a Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE) desde 2013, quando prestou o processo de seleção simplificada válido até 2019 — podendo ser renovado. Pedagogo, ele trabalhou durante muitos anos com a formação de professores na Educação Básica até entrar em contato com a Educação em Saúde por meio da Gerência de Educação e Trabalho na Saúde, no município de Goiana — sede de uma das doze gerências regionais de Saúde do estado. Para ele, o mestrado será uma oportunidade para que trabalhadores como ele, formados no campo da Educação, aprofundem conhecimentos sobre o SUS e para que os colegas, do campo da Saúde, mergulhem nos conceitos de currículo, prática pedagógica, projeto político pedagógico etc. “O mestrado vem justamente aproximar os campos Saúde e Educação”, resumiu. ■

'A saúde passou a ser um espaço fundamental da economia'

## Oscar Feo

entrevista

Maíra Mathias

As políticas de saúde passaram a ser influenciadas pelos interesses do Complexo Médico-Industrial e Financeiro da Saúde. A análise é do médico venezuelano e coordenador nacional da Universidade de Ciências da Saúde da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), Oscar Feo, expoente do pensamento da Medicina Social latino-americana. Em visita à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), no Rio de Janeiro, em agosto deste ano (ver págs. 22 a 25), Feo concedeu entrevista à Revista RET-SUS, alertando para o interesse de entidades financeiras, como o Banco Mundial, em participar da elaboração das políticas de saúde em nível global, em contraposição ao que defende a Medicina Social. “Há um texto do Banco Mundial que diz claramente que a saúde é uma responsabilidade individual e o Estado deve intervir só para garantir assistência mínima para os que fracassam no mercado”, critica. Ele discorre, também, sobre o modelo venezuelano de formação em saúde, pautado em princípios que são defendidos pela RET-SUS, como inclusão e trabalho como princípio pedagógico. “Nós tratamos de construir algo totalmente diferente. Isso implicou romper o caráter classista e excludente da formação universitária”, declarou.

### O que a Medicina Social propõe?

A Medicina Social, que no Brasil se chamou Saúde Coletiva, tem quatro grandes componentes: saúde como direito; determinação social da saúde; participação social; e universalização da saúde. O movimento propõe a saúde como direito — que deve ser garantido unicamente pelo Estado, em oposição ao conceito de saúde como mercadoria. Propõe, também, a determinação social da saúde. Isso quer dizer que a gênese de doenças, desigualdades e iniquidades diz respeito ao modelo de desenvolvimento e consumo capitalista, que é preciso observar as condições de vida que adoecem ou promovem a saúde, como alimentação, educação, cultura, lazer etc. Um terceiro componente fundamental é a participação da sociedade organizada, que não pode ser convertida em uma burocracia ou assembleia que se reúne uma vez ao ano. O povo deve ser o protagonista da ação sobre os determinantes e os sistemas de saúde. Isso nos leva ao quarto elemento: o sistema de saúde público e universal não é só para os pobres. É necessariamente um sistema para todos. Dizia outro dia um governante sul-americano que a única forma de demonstrar que temos um bom sistema de saúde é quando os dirigentes do país são atendidos por ele. Esse é o princípio de coerência entre o discurso e a prática.

### O senhor define a Medicina Social como um pensamento contra-hegemônico, que se contrapõe à hegemonia da Saúde Pública de viés biologicista, centrada na enfermidade. O que isso significa?

Na década de 1990, houve uma mudança fundamental: desapareceu a bipolaridade que cindia o mundo em capitalista e socialista. A partir desse momento, passamos a viver o que se chama hegemonia planetária do capital. O que é hegemonia, segundo Gramsci [Antonio Gramsci, filósofo e cientista político italiano, nascido em 1891 e falecido em 1937]? É quando a classe dominante faz com que as classes subordinadas

assumam as concepções de classe dominante sem coerção. O que é mais eficaz: dominar alguém pela força ou pelo pensamento? Hoje, essa hegemonia faz com que as pessoas pensem segundo a lógica do capital, substancialmente veiculada pelos meios de comunicação. A tarefa fundamental é quebrar essa hegemonia. Por isso, exaltamos a necessidade de construir um pensamento e uma ação contra-hegemônicos.

## “ Nós defendemos o acesso universal por meio de sistemas de saúde públicos. A cobertura universal é funcional ao mercado ”

### Pode dar um exemplo?

Há um texto do Banco Mundial [Financiamento dos sistemas de saúde, de 1989] que diz claramente que a saúde é uma responsabilidade individual e o Estado deve intervir só para garantir assistência mínima para os que fracassam no mercado, ou seja, os pobres. Partindo dessa lógica, se constituiu um mito na Saúde Pública — estudado nas escolas, inclusive — de que são quatro as funções dos sistemas de saúde: gestão; asseguramento; financiamento; e prestação de serviços. Essa teoria foi a base funcional para argumentar que ao Estado só cabe a gestão. Todo o resto pode ser transferido para a iniciativa privada. Nós, da Medicina Social, nos posicionamos contrários a essa abordagem, defendendo que a função fundamental do sistema de saúde é garantir o direito à saúde do povo. Para isso, temos que ter o controle total do sistema de saúde.

### O que acontece no cenário internacional das políticas de saúde?

Hoje, a saúde é a terceira indústria que mais lucra no mundo, depois da eletrônica e de telecomunicações, acima das armas e do petróleo. Isso faz com que as políticas sejam influenciadas pelos interesses do que estamos chamando, na América Latina, de Complexo Médico-Industrial e Financeiro da Saúde, conformado pelas grandes corporações privadas. Essas empresas não têm como interesse a saúde da população e, sim, a acumulação de capital e a realização do lucro. O melhor exemplo disso é

a criação da proposta de Cobertura Universal de Saúde, apresentada durante a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2013 pela Organização Mundial da Saúde [OMS] e seus parceiros, Banco Mundial e Fundação Rockefeller.

### O senhor aborda a atuação articulada de agências, como o Banco Mundial, e entidades, como a Fundação Rockefeller, na proposição de um novo eixo orientador para as políticas de saúde globais, intitulado Cobertura Universal de Saúde. O que estaria por trás disso?

Devemos estar bastante alertas para a forma como hoje se camuflam as políticas neoliberais e ter em mente que a saúde passou a ser um espaço fundamental da economia. Nos anos 1990, os neoliberais eram mais sinceros, falavam em privatização. Hoje, qualquer texto do Banco Mundial discorrerá sobre direito e equidade. Conceitos fundamentais foram transformados em instrumentos funcionais.

### A quem esse conceito de cobertura universal atenderia?

Não sei bem se em português acontece o mesmo, mas, em espanhol, cobertura é uma palavra que diz respeito à quantidade de serviços cobertos, profundamente vinculada à indústria asseguradora. Foi um ato falho. Nós, da Venezuela e do Brasil, defendemos o acesso universal por meio de sistemas de saúde públicos e universais e estamos querendo demonstrar que a proposta de cobertura universal é funcional ao mercado e ao capital. Ela foi assumida pela OMS e pela Opas [Organização Pan-Americana da Saúde] depois de ser desenhada nos grandes centros financeiros internacionais. A Fundação Rockefeller é um exemplo disso. Ela é o braço filantrópico da Exxon Mobil, indústria petrolífera fundada por John Rockefeller em 1870. Em 1978, em uma cidade da extinta União Soviética, se realizou uma reunião da OMS [tratou-se da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, mais conhecida como Alma-Ata], clamando a 'Atenção Primária em Saúde para todos no ano 2000'. O que fez a Fundação Rockefeller? Reuniu, no ano seguinte, um grupo de especialistas em seu centro de formação em Bellagio [Itália] e converteu o que era uma concepção integral da saúde em uma APS seletiva, voltada para a prestação de um pequeno pacote de serviços para os pobres, como imunização, orientação à amamentação etc. É isso o que querem fazer com a cobertura universal.

### O mesmo aconteceu com a área da formação?

Nos anos 1990, paralelamente às reformas privatizantes da saúde, houve reformas para converter a educação em um instrumento funcional ao mercado. Surgiu a

ideia da educação por competências, entendendo que educação não é para produzir conhecimento, mas, sim, pessoas com competências para o trabalho. Há escolas de Saúde Pública que, hoje, ensinam marketing ao invés de epidemiologia — ou ensinam uma epidemiologia acrítica. Isso talvez explique o motivo pelo qual o Brasil, apesar de formar muitos médicos, precise trazer profissionais de fora. Porque os médicos, aqui, se formam para o mercado, para a prática privada. Acontece o mesmo em todos os países. Há que começar a formar profissionais com compromisso, vocação, mística, amor e solidariedade. Mas isso não acontece quando o modelo educativo está voltado para o mercado. Precisamos construir, nesse caso, soberania educativa.

**A Venezuela, desde 1999, propõe um modelo de formação que está em consonância com princípios defendidos pela RET-SUS, como inclusão e trabalho como princípio pedagógico. Como esses princípios se articulam à formação dos profissionais da Saúde?**

O modelo formativo hegemônico tem quatro características fundamentais: excludente; fragmentado; centrado na enfermidade; e tem como espaço fundamental de prática o hospital. Nós [Venezuela] tratamos de construir algo

## “ O modelo formativo hegemônico é excludente, fragmentado, centrado na enfermidade e tem como espaço de prática o hospital ”

totalmente diferente. Se antes, havia apenas cem vagas para o curso de Medicina, hoje, todos que querem estudar podem fazê-lo. Temos 30 mil estudantes, quando antes havia dois mil. Isso implicou romper o caráter classista e excludente da formação universitária, transformando o país em universidade — o Barrio Adentro [principal programa do Ministério da Saúde venezuelano] é a nossa universidade. Para fazer frente à fragmentação, por meio da qual se divide o ensino em especialidades e disciplinas e se ensina anatomia apartada da fisiologia ou a bioquímica separada da histologia, propomos um modelo integrador, no qual não mais se ensina pediatria — mas atenção integral à criança —, nem anatomia e bioquímica — mas, integradamente, as ciências morfofisiológicas. Na contramão da centralidade na enfermidade proposta pelo velho modelo, temos como foco o conhecimento dos determinantes para que possamos atuar sobre a doença. Por fim, é um modelo de ‘portas abertas’, que não está centrado nos hospitais, mas difundido por toda a comunidade, no qual o médico não fica sentado no consultório à espera do paciente. Ele vai ao encontro das pessoas, realizando visitas familiares e participando com a comunidade do controle das condições que adoecem e da promoção de um modelo de vida saudável.

### Como se dá a formação dos profissionais de nível médio?

Isso é, ainda, uma debilidade e, por isso, para nós [Venezuela], essa escola [EPSJV] é um exemplo a ser seguido. Temos cerca de onze programas nacionais que formam especialistas em reabilitação, terapia ocupacional, órteses e próteses, fonoaudiologia etc. Cremos que é necessário romper com o caráter medicalizado, centrado na formação de médicos. É indispensável ampliar a formação já que nosso problema não é a Medicina nem a doença, mas manter a população em condições saudáveis. E, para isso, precisamos de uma equipe de trabalho na qual o centro não é o médico e, sim, a população. ■



Katia Machado / RET-SUS

Nova ferramenta que facilitará a oferta de cursos a distância na RET-SUS traz à tona o debate em torno de uma modalidade de ensino que carrega alguns tabus.

## Educação a distância com poder de democratização

capa

Maira Mathias

Em breve, a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) terá uma nova ferramenta tecnológica própria que facilitará a oferta de cursos na modalidade a distância. Trata-se do Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVA-SUS) que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a pedido do Ministério da Saúde. Ao se apropriar das necessidades e peculiaridades das escolas, essa ferramenta soma-se a outras experiências de Educação a Distância (EaD) em andamento na Rede, trazendo à tona vários olhares sobre o tema, bem como o projeto para o novo marco regulatório da EaD em discussão no Conselho Nacional de Educação.

O AVA-SUS é motivado pela necessidade de a Coordenação de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/SGTES/MS) responder ao desafio de ampliação e democratização do acesso à formação profissional técnica de nível médio. "Um dos princípios básicos da Rede é proporcionar ao trabalhador do SUS acesso à formação, seja nos pequenos municípios, seja nas grandes capitais. Sempre fizemos isso por meio da descentralização, mas só ela não garantiu que a demanda do país fosse suprida", justifica o coordenador de Ações Técnicas e da RET-SUS, Aldiney Doreto.

Se por um lado, o Ministério da Saúde revela que as 40 ETSUS são responsáveis por apenas 3% da formação técnica no Brasil, por outro, reconhece que a Rede tem potencial para ampliar sua capacidade. Mas como, uma vez que problemas relacionados à infraestrutura predial, corpo docente reduzido, dentre outros, são apontados como obstáculos à ampliação? A EaD é identificada, portanto, como ferramenta capaz de desatar alguns desses nós. "Um único professor, em qualquer lugar do país, pode administrar turmas, também baseadas em qualquer localidade", exemplifica Doreto. Contudo, a adoção da modalidade exige um grande debate. "Há limites de uso da ferramenta e esses limites precisam ser apontados pelas escolas, com o intuito de preservar a qualidade das formações, sem que se perca sua capacidade de resposta", observa.

A ideia é fazer com que o AVA-SUS se aproprie do que a RET-SUS têm de melhor: a problematização; o ensino inclusivo; o trabalhador como ponto focal; a humanização; e o trabalho em rede. "É preciso levar para a EaD nossa experiência e instigar a equipe da Tecnologia da Informação a programar ambientes compatíveis", informa. Ainda do ponto de vista





institucional, a maior vantagem dessa proposta é a possibilidade de gerir processos educacionais e fluxos de informação a partir de um único sistema. “Sempre que o Ministério da Saúde financia um curso a distância, parte do custo corresponde ao desenvolvimento da plataforma. Com o AVA-SUS operando, esse gasto será eliminado”, espera Doreto.

Ele lembra que a maior parte das ofertas de plataformas virtuais de aprendizagem que o Ministério da Saúde contava, até então, esbarrava sempre na mesma dificuldade: “Quem vendia o serviço anunciava maravilhas, mas quando o projeto era implantado no mundo real, se revelava duro. As funcionalidades se resumiam ao professor colocar um *powerpoint* ou texto na plataforma. Em nossa concepção, isso não é educação a distância”, afirma. Além disso, como a mediação didático-pedagógica dos cursos ofertados não favorecia a aprendizagem autodirigida, alguns chegavam a contabilizar índices de evasão de até 85%. Como consequência, os cursos não se viabilizavam do ponto de vista econômico, já que o custo por aluno formado era muito alto.

### Facilidade de uso

A busca por um ambiente virtual com a *cara* das ETSUS levou ao Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde do Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Lais/HUOL/UFRN), composto por pesquisadores das áreas das Engenharias, Informação, Comunicação e Saúde. Coordenado por Ricardo Valentim, bacharel em Sistema de Informação e doutor em Engenharia Elétrica e de Computação, o Lais foi criado em 2003 e, a partir de 2012, passou a investir no desenvolvimento de produtos que congregam dois conceitos-chave do ciberespaço: a usabilidade e a navegabilidade. Segundo Valentim, usabilidade pode ser entendida no sentido literal, de facilidade de uso. “A plataforma tem que induzir a capacidade cognitiva do usuário de maneira que ele possa usá-la de forma intuitiva”, resume. A navegabilidade também é explícita em seu conteúdo: diz respeito à facilidade de navegação. O laboratório utiliza o seguinte critério: se o usuário conseguir acessar qualquer informação presente na plataforma com apenas dois cliques, então ela é navegável.

Por trás dessas palavras, repousam realidades muito concretas, bem conhecidas dos profissionais da RET-SUS. Por atender, na maioria dos casos, um público adulto que, por vezes, já trabalha há anos nos serviços de saúde, a Rede precisa de uma plataforma que possa ser navegada

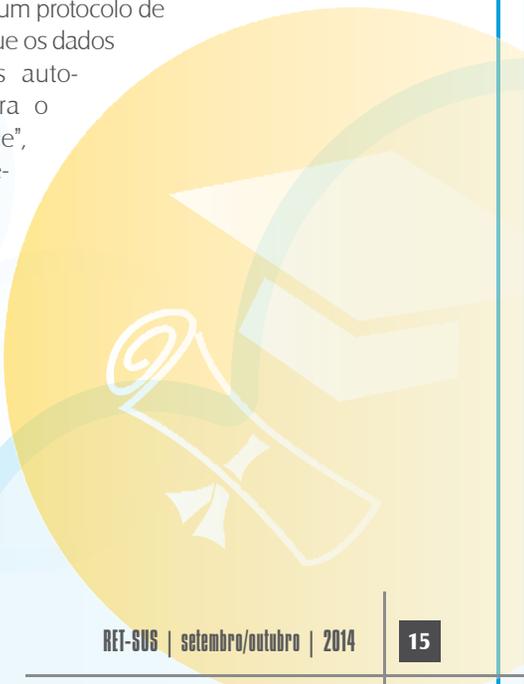
por alguém não tão familiarizado com o uso de tecnologias. Para chegar ao modelo ideal, os pesquisadores do Lais avaliaram mais de 1,2 mil plataformas de vários países, identificando algumas características que respondessem aos critérios de usabilidade e navegabilidade. Por exemplo, eles concluíram que a

plataforma precisa ser visualmente atraente, baseada em imagens facilmente reconhecíveis, para que os usuários associem os ícones às funcionalidades. Ricardo adianta que o AVA-SUS será integrada às redes sociais e contará com um sistema de videoconferência, permitindo ao aluno conversar com seus colegas, o professor e o tutor.

### Próximos passos

A segunda etapa do projeto é o diagnóstico das ETSUS. Como muitas escolas funcionam em prédios antigos, até tombados pelo Patrimônio Histórico, uma equipe de engenheiros do Lais vai avaliar a infraestrutura do ponto de vista da tecnologia da informação. O último passo é a oferta de atualização do parque de máquinas das instituições, para que, no mínimo, tenham condições de acessar a plataforma.

As escolas terão acesso ao AVA-SUS de duas formas: em nuvem, quando não é necessário instalar o programa para usá-lo; e por meio de download. “Nesse caso, a instituição de ensino que queira e tenha *know-how*, além de utilizar, poderá ajudar no desenvolvimento da plataforma. Para isso, basta fazer o download da ferramenta e assinar um protocolo de integração, para que os dados sejam replicados automaticamente para o Ministério da Saúde”, explica o coordenador do projeto. Além do desenvolvimento da plataforma, o convênio prevê que o Lais acompanhe e dê suporte a todo o processo de implantação da EaD na Rede.



Paralelamente, o laboratório continua a trabalhar com o Moodle (sigla em inglês para Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment). Criado em 2001, o programa de aprendizagem virtual mais usado no mundo, por ter licença livre, permite que qualquer pessoa ou instituição possa baixá-lo e desenvolvê-lo, contribuindo com adaptações que melhorem seu desempenho. São 18 milhões de desenvolvedores em todo o mundo, entre os quais estão os 48 membros do Lais. “O Moodle é, hoje, mais do que um ambiente virtual de aprendizagem. É uma linguagem virtual mundial para a EaD. Enriquecemos essa ferramenta com mais de 200 mil linhas de código novas, que nos garantem o nível de usabilidade e navegabilidade desejado”, informa Valentim que, juntamente com uma equipe de pesquisadores de várias instituições públicas, recebeu o Prêmio Unirede de 2014 pelo projeto *Inovação da plataforma Moodle para cursos online*. Também são frutos do trabalho do laboratório projetos de larga escala, como a plataforma que foi usada no treinamento dos 70 mil voluntários na Copa do Mundo do Brasil (2014) e o ambiente virtual usado para treinar 350 mil supervisores do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ao grupo, foi também encomendado pela Coordenação de Ações Técnicas de Educação na Saúde um sistema nacional de gestão escolar eletrônico, capaz de fazer o controle dos cursos presenciais. “A partir do momento em que o aluno concluir o curso Técnico em Radiologia, ele receberá o diploma e essa informação vai para um banco de informações de profissionais”, exemplifica Doreto. Ele ressalta que isso será um grande ganho, especialmente, para os agentes comunitários de saúde, já que muitos profissionais fizeram a primeira eta-

pa formativa há anos e, hoje, quando retornam à escola para complementar a formação, não há mais nenhum registro, o que os obriga a cursar tudo de novo.

## Na Rede

O AVA-SUS soma-se a experiências exitosas em EaD em desenvolvimento no país e que já incluem as ETSUS. Uma delas é o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) do Ministério da Educação (MEC). Criado em 12 de dezembro de 2007, com foco na oferta de educação profissional a distância e reunindo escolas públicas das redes municipal, estadual e federal, o programa passou a fazer parte, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), quando foi rebatizado por Rede e-Tec.

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes) foi a primeira instituição da RET-SUS a ofertar, em 2008, cursos técnicos semipresenciais, no âmbito da Rede e-Tec. O programa garante o financiamento de cursos, por meio de infraestrutura, equipamentos, profissionais etc. Nesse contexto, a ETSUS Unimontes ofereceu 450 vagas para os cursos técnicos em Gerência em Saúde, Meio Ambiente e Vigilância em Saúde, bem como nas áreas de Agronegócio, Comércio e Informática. Os polos atendidos foram Almenara, Porteira e Santo Antônio do Jacinto.

Os cursos utilizaram o Moodle, envolvendo a ação combinada de docentes formadores e tutores virtuais e presenciais. “Além das atividades autoinstrucionais, aconteceram encontros, seminários introdutórios e temáticos,

**Curso de Atualização em Saúde Mental EAD**  
(Ensino a Distância)  
MÓDULO 3

Unidade 1 | Unidade 2 | Unidade 3

### Transtornos Mentais Comuns (TMC)

Após dedicar-se ao estudo deste tópico você deverá ter alcançado o objetivo:

Conhecer os Transtornos Mentais Comuns e aspectos epidemiológicos dos mesmos.

Mais detalhes na apostila do módulo

1 | 2 | 3 | 4

Transtornos mentais comuns (TMC) é uma expressão que engloba múltiplos sintomas, tais como: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração, queixas somáticas inespecíficas, assim como, uma infinidade de manifestações que poderiam se caracterizar como sintomas depressivos, ansiosos ou somatoformes, os quais demonstram ruptura do funcionamento normal do indivíduo, mas não configuram categoria nosológica da 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como

oficinas, debates e atividades que propiciaram o desenvolvimento de competências necessárias para o trabalho coletivo e a ampliação dos horizontes pessoais e profissionais dos estudantes”, conta o diretor da escola, Geraldo Reis.

Porém, a oferta foi reduzida, recentemente, para três cursos, por determinação da Resolução nº 458/13, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, o que implicou a diminuição para 225 vagas no âmbito da Rede e-Tec. “Isso limita a capacidade de a escola atender à crescente demanda por cursos de educação profissional e o nosso envolvimento em outros programas estratégicos, como o Pronatec, o Profaps [Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde] e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde”, revela Reis. Em sua avaliação, a situação é contraditória, pois o próprio conselho isenta escolas da rede estadual de ensino de pedir autorizações para a realização de cursos. “Contudo, pelo fato de a ETSUS ser mantida por universidade vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, precisa solicitar autorização como se fosse um estabelecimento privado”, critica, lembrando que a escola tem grande capacidade de execução de cursos a distância. A experiência da Unimontes com essa modalidade de ensino remonta os anos 1997, quando um programa de capacitação de professores foi implantado, incluindo a participação em programas de expressão nacional, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), e a oferta de uma pós-graduação, em 2012.

Ainda no contexto da Rede e-Tec, destaca-se a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE). Entre 2011 e 2013, a escola ofereceu, em nove municípios — Acopiara, Aracati, Baturité, Caucaia, Cratêus, Mauriti, Horizonte, Quixeramobim e Tauá —, os cursos técnicos em Enfermagem e Saúde Bucal, por meio da iniciativa. Ondina Canuto, diretora de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, conta que os municípios selecionados manifestaram interesse em firmar o termo de cooperação para a oferta de turmas, nos quais prefeitos e secretários de saúde se comprometeram em garantir estrutura adequada para os polos, fazendo, inclusive, a indicação dos profissionais que exerceriam o papel de tutores presenciais. Ultrapassada a etapa de pactuação, a escola organizou um amplo processo seletivo. Foram 195 matrículas no Técnico em Enfermagem, no qual 119 alunos concluíram o curso, e 104 matrículas no Técnico em Saúde Bucal, com 62 estudantes formados. As taxas de evasão foram de 39% e 40%, respectivamente.

O balanço foi positivo, avalia Ondina. “Conseguimos descentralizar e dar capilaridade à oferta, garantindo que residentes dos locais mais distintos tivessem acesso a uma formação técnica que talvez não se desse de outra forma. Como resultado, temos 181 profissionais comprometidos com os princípios do SUS, uma vez que, independente da modalidade de ensino ou do público atendido, nossa missão é trabalhar para o fortalecimento do sistema”, ressalta.

Ela conta que os alunos, aos sábados, assistiam oito horas de aulas presenciais nos polos, e um tutor — enfermeiro ou dentista, segundo o curso — acompanhava as atividades teóricas e práticas programadas. No restante da semana, os estudantes desenvolviam 12 horas de atividades pedagógicas no Moodle — customizado pelo Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde (Cedes) da escola —, que eram mediadas por um tutor a distância. Os discentes participaram, ainda, de um estágio presencial nos serviços públicos de saúde de 600 horas, complementando uma carga horária total de 1,8 mil horas. De acordo com a diretora, a escola planeja renovar o convênio com o MEC, provavelmente com a oferta do Curso Técnico em Farmácia.

A experiência com a Rede e-Tec impulsionou a ESP-CE a estender a modalidade semipresencial para outras frentes. Em setembro, 70 colaboradores da instituição participaram pela primeira vez do módulo inicial do Programa de Desenvolvimento Docente (PDD) por meio do Moodle. As concepções pedagógicas, o perfil organizacional e as normas, regulamentos e procedimentos que regem a escola estiveram em foco no módulo direcionado a todos os profissionais. Os dois próximos módulos, voltados somente para os docentes, centrarão nos debates sobre o tema da educação na saúde, contabilizando 160 horas.

## Outras mais

A Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE) tem experiência a compartilhar com a RET-SUS na oferta a distância para o nível superior. Em 2013, realizou o curso de Atualização em Saúde Mental na Atenção Básica para 11 categorias profissionais: Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Medicina; Nutrição; Odontologia; Psicologia; Serviço Social; e Terapia Ocupacional. Os 181 inscritos atuavam na Estratégia Saúde da Família de Pernambuco.

Em 80 horas de aula, o curso abordou a história da Política Nacional de Saúde Mental, a psicopatologia, a farmacologia aplicada à Psiquiatria e a relação entre transtornos mentais e dependência química. “Acreditamos que o curso tenha proporcionado melhor compreensão sobre as diversas formas de atuar junto ao paciente para além do uso de medicamentos controlados e, ainda, uma melhor atuação do profissional em equipe”, afirma Célia Santana, diretora da ESP-PE.

A construção do ambiente virtual de aprendizagem e o suporte técnico ficaram a cargo do Núcleo de Telessaúde do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. À escola coube a formulação dos conteúdos didáticos, bem como a sua adequação para inclusão na plataforma. A experiência contou com 14 tutores, que participaram de uma formação pedagógica de 16 horas, na qual foram familiarizados com o Moodle e com a metodologia da problematização adotada pela escola.

## O avanço do ensino a distância

O foco na EaD encontra justificativa nos números. A modalidade, em 2012, totalizava 9.376 cursos, sendo 19,8% dos cursos autorizados pelo MEC e a maioria (7,52 mil) de cursos livres, geralmente oferecidos por instituições privadas com fins lucrativos. Embora a maioria dos cursos autorizados seja de nível superior, observa-se uma participação importante dos cursos de nível médio, caracterizados como “profissionalizantes” — ou seja, 31,1% das matrículas realizadas em 2012 foram dessa categoria. O total geral de matrículas foi de 5.772 milhões, sendo 19,8% em cursos autorizados e 74,4% nos livres. Entre 2011 e 2012, o número de matrículas na modalidade a distância dobrou. Os dados são da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), que realiza censos anuais mais abrangentes sobre a EaD desde 2007, por meio de questionários enviados às instituições ofertantes — que vão desde universidades a empresas —, relacionando todos os níveis educacionais, bem como os cursos livres.

Quanto aos levantamentos oficiais mais recentes, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) — autarquia do Ministério da Educação (MEC) —, cujo foco é as matrículas no nível superior, observa-se que, em 2013, havia mais de 1,2 mil cursos a distância no país, um aumento notável comparado a 2003, quando havia apenas 52. Entre 2012 e 2013, o ritmo de crescimento de ambas as modalidades se equiparou, com registros de 3,9% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos a distância. Houve, também, equilíbrio na oferta de EaD entre os diferentes graus acadêmicos, com predomínio para as licenciaturas (39,1%), seguidas por cursos de bacharelado (31,3%) e tecnológicos (29,6%). No que se refere à relação entre oferta pública e privada, a última continuou superando — e muito — a primeira, correspondendo a 86,6% do total. Vale citar que os números relativos à modalidade a distância na Educação Básica e, portanto, na Educação Profissional de Nível Médio, não são apuradas pelo Inep.

### Nos IFs

Segundo a pesquisa de pós-doutorado da professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Sandra Urbanetz, desenvolvida

pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/Uerj), nos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), há três modelos de curso a distância no que se refere ao eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança. Na maior parte das formações, o momento presencial é organizado a partir da transmissão da aula — ao vivo ou por satélite —, acompanhada presencialmente por um tutor. Uma segunda parcela de cursos é ofertada em locais onde não há sinal de satélite para receber a aula ao vivo — nesse caso, o polo recebe o DVD ou o link para a aula gravada. Por fim, um terceiro grupo, onde estariam os cursos da área da Saúde, baseia-se em aulas com professores especialistas, seguindo um cronograma prévio. “Isso não significa que os grupos não ‘mesclam’ essas formas de trabalho. Em comum, todos utilizam ambientes virtuais, material de referência, fazem as provas presencialmente e dispõem de acompanhamento tutorial”, pontua Sandra. Quanto à questão da prática, alguns cursos contam com laboratórios e poucos preveem estágio obrigatório. Nesse caso, a pesquisadora destaca a experiência do IFPR na realização do curso Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicas, que previu estágio supervisionado em comunidades terapêuticas. De acordo com a pesquisadora, a coordenação pedagógica desses cursos costuma atuar fortemente na construção dos materiais didáticos, seja na adaptação de recursos disponíveis ou em novas produções. Sandra desmistifica a ideia de que a EaD é mais barata do que o ensino presencial, já que a modalidade a distância exige conexão de satélite e de internet, plataforma de aprendizagem, entre outros elementos que não são obrigatórios aos cursos presenciais, ainda que defenda, pelo menos, o uso de ambientes virtuais no ensino presencial. Ela observa que a modalidade nunca veio para o espaço público com tanto incentivo. “A EaD surge nas instituições privadas e, talvez por isso, as públicas tenham muita resistência. É um desafio institucionalizá-la dentro dos IFs e das universidades. É como se fosse um mundo à parte. Quem trabalha com EaD fica no seu núcleo e quem trabalha com educação presencial não quer saber o que se faz lá e, ainda, critica”, conclui.

Dos 181 inscritos, 7% não haviam acessado a plataforma virtual. No primeiro módulo, participaram 139 alunos; no segundo, 108; no terceiro 88; e no último, 63. Do total de inscritos, 32% concluíram o curso. Ao fim de cada módulo, os alunos apontaram as principais dificuldades encontradas, com destaque para a ausência de experiência com a EaD, a falta de habilidade no manuseio das ferramentas didáticas presentes no ambiente virtual e uma sobrecarga de trabalho que desestimulou o engajamento nos estudos. “Além disso, observamos um distanciamento do tema da Saúde Mental. Apesar de serem profissionais de nível superior que atuam na Atenção Básica, de modo

geral, os alunos tinham pouco conhecimento sobre a história da Saúde Mental no Brasil e o uso de medicamentos psicotrópicos”, acrescentou Célia, para quem isso, em parte, possa justificar o índice de evasão do curso.

A EaD fez parte, ainda, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que participou da elaboração do material didático do curso de Educação Popular em Saúde voltado para 24 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Das 53 horas de aula, 11 horas foram desenvolvidas a distância, por meio do acesso à Comunidade Virtual de Aprendizagem, disponibilizando conteúdos em diversas lingua-

gens e formatos (áudios, vídeos, textos e ilustrações) e permitindo o compartilhamento de experiências entre os alunos. O curso, inserido no contexto da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (Pnep-SUS), buscou aprimorar a atuação dos profissionais das equipes de Atenção Básica em relação às práticas educativas, de mobilização social, promoção da saúde e da equidade.

Na Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, a Diretoria de Educação Permanente em Saúde (Deps) faz uso da plataforma Avatar (Ambiente Virtual de Aprendizagem Técnica, Aperfeiçoamento e Referência) para realizar capacitações pedagógicas. Em outubro deste ano, a estratégia foi utilizada no curso Técnico em Enfermagem. A escola também já lançou mão da plataforma para dar suporte aos cursos presenciais, como a Especialização Técnica em Saúde do Idoso. Na avaliação da diretora da Efos, Leni Granzotto, a ferramenta tem o potencial de romper as paredes da escola. “Vislumbramos um horizonte promissor para as plataformas digitais de ensino-aprendizagem, seja para suporte aos cursos presenciais, seja para a Educação a Distância”, acredita.

Na mesma direção, segue a Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis (EFTS), na Bahia, que ofereceu um curso semipresencial para os profissionais dos serviços de saúde que atuam nos cursos oferecidos pela instituição, como os trabalhadores dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacens), com o objetivo de aprofundar conteúdos da formação pedagógica. Os momentos virtuais foram ofertados na plataforma EaD-SUS, desenvolvida pela Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia.

Da EFTS surge, ainda, a pesquisa de mestrado sobre a EaD na formação técnica de nível médio para o SUS, da assessora pedagógica Geisa Plácido, defendida pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/Ufba). A escolha do tema, segundo Geisa, se deu no contexto em que a EFTS planejava ofertar os cursos técnicos em Enfermagem e Saúde Bucal via e-Tec Brasil. As formações acabaram não se concretizando devido a problemas na liberação dos recursos, mas a pesquisa continuou, buscando responder como associar a EaD a tudo o que foi construído na formação técnica em saúde para o SUS. “Que EaD garantiria isso?”, indaga.

A pesquisadora fez uma revisão da literatura e levantou questões pertinentes à experiência pedagógica da EFTS. Um dos principais referenciais usado na pesquisa foi o conceito de educação online proposto por Marco Silva, pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Segundo Geisa, a educação online tem maior ênfase na interatividade e propõe romper o paradigma da educação a distância *um para todos*. “Antigamente, como se pensava a EaD? O conteúdo era passado via rádio ou televisão, e o aluno não tinha como

intervir na mensagem. Na interatividade, essa comunicação é de ‘todos para todos’. O docente é o mediador que dá as condições para que aquele sujeito tenha uma aprendizagem significativa. Mas todos os sujeitos envolvidos interferem na mensagem e podem modificá-la, e todos aprendem”, explica. Assim, acrescenta, “tudo o que já discutimos na RET-SUS não muda, apenas a tecnologia entra para ajudar nesse processo”. Segundo ela, o *todos para todos* exige uma reflexão profunda sobre a hierarquização das equipes de saúde.

Geisa aponta quatro condições essenciais para o desenvolvimento de cursos técnicos a distância: currículo com momentos presenciais e estágios curriculares; boa conexão de internet; olhar cuidadoso para a questão sociocultural dos estudantes; e preparo do docente e do aluno para que saibam manejar as interfaces, como fórum, chat, redes sociais etc. “Além disso, tem que ser um docente que esteja envolvido com a equipe de saúde na qual o aluno está inserido, porque, assim, ele terá oportunidade de problematizar as questões”, justifica. A pesquisadora é otimista em relação ao uso das tecnologias para oferta de cursos na RET-SUS. “Trabalhar em larga escala nunca foi problema. Se já fazíamos concentração e dispersão, com a educação online conseguiremos fazer um acompanhamento melhor durante a dispersão via ambiente virtual de aprendizagem”, acredita.

### Sem tabus

Com o intuito de quebrar tabus relativos à EaD, o Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde (Nuted) da EPSJV criou o Grupo de Estudos de Tecnologias Educacionais, que vem se debruçando sobre a modalidade. “Inspirados por Raquel Goulart [pesquisadora da Uerj] procuramos não reforçar velhas dicotomias, nos apropriando de tudo o que a modalidade traz de novo para o campo da educação, mas, também, abordando a EaD enquanto estratégia de política educacional — e aí, obviamente, o

olhar crítico é fundamental, porque a modalidade entra associada a uma série de interesses e pressupostos: de que é mais eficaz e barata ou de que supera uma série de debilidades do sistema educacional”, observa Carlos Eduardo Batistella, coordenador do Nuted.

Segundo ele, sob esse contexto, é preciso pensar o conjunto de reformas educacionais iniciadas no país nos anos 1990, quando houve forte incentivo à iniciativa privada, e, no plano global, localizar a EaD como parte das mudanças no mundo do trabalho pós-1980, quando ocorre a reestruturação produtiva do capitalismo e aparecem, pela primeira vez, conceitos como empregabilidade e flexibilidade, que colocam a responsabilidade pela educação nos indivíduos e não no Estado.

Contudo, Batistella alerta para a simplificação de negar a EaD. “Acho que não temos que falar da EaD como paradigma, mas também não podemos ser ludistas com as tecnologias, ou seja, simplesmente contrários. É fundamental investigar a transição cultural que vai se processando na contemporaneidade em relação ao uso das tecnologias, assim como pesquisar o que há nelas de positivo. Os ambientes virtuais de aprendizagem se somam a outras tecnologias. O quanto o audiovisual melhorou nossas possibilidades?”, questiona.

Sob essa perspectiva, o Nuted tem desenvolvido projetos como o ambiente virtual de aprendizagem para o mestrado profissional da RET-SUS (ver págs. 8 a 10), ao mesmo tempo que propõe reforçar o desenvolvimento audiovisual, com a proposta de realização de uma série didática que tenha os trabalhadores técnicos em foco. “Pensamos em materiais que possam ser utilizados nos diferentes cursos técnicos por abordarem as relações de trabalho, educação e saúde em um contexto mais amplo”, anuncia. Especificamente sobre a EaD, ele defende que as escolas constituam equipes para avaliar e qualificar o momento a distância. “Que cursos são mais favoráveis? Qual é a parte de conteúdos e atividades que podem ser desenvolvidas a distância? Há um risco de se formatar cursos muito tecnicistas, nos quais se estuda teoria a distância, enquanto a prática se desenrola no presencial?”, questiona.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o uso dos recursos de aprendizagem virtuais. Segundo ele, os autores lidos pelo grupo de estudos relatam que a maior parte dos professores trabalha, ainda, segundo a cultura do ensino presencial, fazendo uso extensivo de recursos textuais, caracterizando uma espécie de migração da pasta de curso

presencial para uma plataforma web. Ao passo que o uso dos demais recursos audiovisuais para web é, ainda, limitado e não há ativação efetiva de recursos potenciais de interatividade.

Nesse sentido, os pesquisadores do Nuted acreditam que o ensino a distância tem mais condições de estimular os estudantes a produzirem o que chamam de narrativas de aprendizagem. “No momento a distância, o aluno não precisa se relacionar somente com o material didático de modo autoinstrucional, mas deve ser estimulado a produzir reinterpretações e reconstrução de conhecimento em diálogo com suas leituras e contexto de atuação”, explica. Para Batistella, esse é um caminho importante, principalmente quando se trata de educação profissional técnica de trabalhadores que já estão inseridos no mundo do trabalho e, portanto, têm capacidade de interpretar as relações sociais e laborais.

## Novo marco

Para fazer frente à continuidade da expansão da modalidade, corrigir rumos e fortalecer aspectos negligenciados, um novo marco regulatório da EaD está em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE). Uma comissão, formada por representantes das secretarias de Ensino Superior e de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Consórcio de Universidades Públicas Unired e da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), trabalha sobre uma proposta de resolução, a ser encaminhada para o ministro da Educação até o fim deste ano.

A principal mudança do novo marco diz respeito à maneira como as instituições encaram a EaD. “Hoje, as regras são muito focadas no ordenamento da modalidade, ao invés de induzirem um reordenamento nas instituições. Nas públicas, isso gera dificuldade de interação e, conseqüentemente, muita tensão. No caso das privadas, vira uma unidade de negócios isolada, inclusive, do presencial. Há quem fale que tem dois ‘negócios’, o presencial e o a distância. Isso acaba gerando uma pequena barbaridade”, critica Luiz Roberto Curi, conselheiro nacional de educação. Ele defende a EaD como parte do reordenamento institucional, deixando de ser avaliada e regulada como algo à parte. Na ava-



liação de Curi, a revisão do papel dos polos poderá ser um das formas de minimizar o isolamento da EaD. “Hoje, o polo cumpre um papel de interiorização em municípios sem oferta regular de formação, mas ele deve se consolidar como instrumento privilegiado de extensão. O polo não pode ser apenas um retransmissor ou cumpridor de necessidades mínimas para que haja o atendimento de matrícula naquela região”, resume.

Mas como a regulação afeta a educação profissional técnica de nível médio? Segundo Curi, no caso da EaD, houve uma adesão formal dos conselhos estaduais ao processo avaliativo e regulatório do sistema federal. “Acho que os cursos da área da saúde só tendem a ganhar, porque vamos dar liberdade para que sejam montados segundo a característica institucional, e a qualidade vai ser aferida a partir dessa articulação”, responde.

O tema da regulamentação ganha força com outra frente de ação. Em maio deste ano, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) entregou à presidenta Dilma Rousseff um documento com propostas de ações, dentre elas, a institucionalização da EaD. “Há algum tempo, a Rede Federal se debruça sobre a perspectiva de potencializar e ampliar o alcance de diferentes públicos, a partir do desenvolvimento e aplicação de tecnologias educacionais nos processos educativos a distância”, diz Luiz Caldas, presidente do Conif.

Hoje, os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e os centros federais de Educação Tecnológica (Cefets) respondem por 80% da oferta de cursos técnicos da Rede e-Tec, o equivalente a 220 mil matrículas. Mas Caldas ressalta que a Rede Federal pretende extrapolar o plano das instituições ofertantes. “Nosso papel institucional é, também, o de formular e desenvolver tecnologias educacionais a distância e contribuir para o desenvolvimento de pesquisa aplicada na área”, defende. Nesse sentido, a entidade pretende se empenhar na valorização da oferta pública. Caldas reconhece que o grande desafio para a educação profissional técnica é assegurar à EaD a mesma qualidade da formação presencial. ■

## A modalidade de ensino na Saúde

Na área da Saúde, duas iniciativas destacam-se quando o tema é EaD, com foco na integração ensino e serviço: o Programa Telessaúde Brasil Redes e o Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). Criado em 2007 com o objetivo de promover intercâmbio de saberes entre profissionais da atenção básica e instituições formadoras, o Telessaúde consolidou-se como referência mundial em tele-tecnologia voltado para a promoção e ampliação do acesso aos cuidados em saúde. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) — que recomenda a adaptação do programa para outros países —, o Telessaúde tem servido bastante às regiões remotas, como a Amazônia, evitando encaminhamentos desnecessários de pacientes aos grandes centros. Isso porque as equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de ferramentas de tecnologias da informação, podem discutir casos e ouvir outras opiniões clínicas a distância, complementando o diagnóstico. Atualmente, são 14 núcleos funcionando e 33 em fase de implantação, localizados em instituições formadoras, como hospitais universitários e órgãos de gestão. Eles se conectam a mais de cinco mil pontos instalados em UBS de 2,5 mil municípios, abrangendo 30 mil profissionais da Estratégia Saúde da Família.

Essa estratégia se complementa ao Sistema UNA-SUS. É por meio dessa iniciativa que cursos de extensão, atualização, aperfeiçoamento e especialização estão sendo ofertados. Criado em 2010 para atender às necessidades de capaci-

tação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS, o programa é composto por três elementos: a Rede colaborativa de 36 instituições de ensino superior; o Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (Ares) — repositório que disponibiliza materiais educacionais —; e a Plataforma Arouca, que certifica os alunos. Em quatro anos de funcionamento, já ofereceu mais de 70 cursos, totalizando 124.729 mil matrículas. Os cursos ofertados incluem, também, os profissionais de nível médio. Mais de 6,5 mil trabalhadores já se matricularam em 43 cursos, sendo que 2.540 já foram certificados. “Pretendemos, nos próximos cursos, trazer algumas unidades e materiais específicos para os profissionais de nível médio e elementar, principalmente para os agentes comunitários de saúde, auxiliares e técnicos em enfermagem que atuam na Atenção Básica”, anuncia Vinícius Oliveira, coordenador de Gestão do Conhecimento da Secretaria Executiva da UNA-SUS. Como forma de driblar o problema da conectividade, a UNA-SUS inicia, no fim deste ano, a oferta de cursos offline, permitindo que, mesmo sem conexão com a internet, os alunos acessem a plataforma e façam as atividades previstas. O recurso possibilita que os dados sejam armazenados e, assim que houver conexão com a rede, sincronizados, garantindo tanto o envio dos relatórios de atividades quanto a atualização do novo material a ser trabalhado. “É uma maneira de aumentar ainda mais a capilaridade das ações de fortalecimento do SUS”, conclui.

EPSJV comemora dez anos como centro colaborador da OMS, com foco nas políticas de saúde e de cooperação internacional na América Latina.

## Uma década de colaboração e quase 30 anos de criação

### escola em foco

Flávia Lima

Para comemorar 29 anos de criação e dez anos como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Educação de Técnicos em Saúde, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) promoveu, em 27 de agosto, em sua sede, no Rio de Janeiro, evento que tratou das políticas de saúde e da cooperação internacional na América Latina. "Isso é resultado de um trabalho visionário e idealizador da Fiocruz", declarou o diretor da EPSJV, Paulo Cesar Ribeiro. "A participação da escola na área da Cooperação Internacional provoca uma visão ampla sobre os processos de formação de técnicos conduzidos tanto na América do Sul quanto na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP]", observou.

Ao recordar que foi aluno da primeira turma de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio da escola, Ribeiro citou a missão da EPSJV quanto ao campo da Formação Profissional em Saúde, balizada no conceito de politécnica. "Pensar a politécnica é refletir sobre o que ela traz como proposta: uma formação integrada, no sentido de fornecer ao trabalhador elementos para o processo de trabalho, e formando esse trabalhador no seu aspecto humano, como produtor da sociedade", descreveu.

Presente à cerimônia de abertura, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, ressaltou a importância que a escola tem no cenário da formação de recursos humanos em saúde. "Aqueles que pensaram um modelo de sociedade precisaram, necessariamente, pensar as pessoas, e a EPSJV fez isso de maneira inaugural, buscando aprofundar o conceito de educação e de formação para o mundo", enfatizou. Gadelha destacou, também, o papel da EPSJV como Centro Colaborador da OMS: "Estamos fazendo isso de maneira muito intensa, buscando uma cooperação estruturante e horizontal". Ao fim da cerimônia, a escola recebeu uma placa comemorativa da coordenadora de Ensino do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), Valquíria Matos, pela parceria entre as instituições na realização de cursos de formação técnica em saúde.

### Saúde X Lucro

Seguida à abertura, a conferência *Políticas de Saúde na América Latina*, com o coordenador nacional da Universidade de Ciências da Saúde da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), Oscar Feo (ver entrevista nas págs. 11 a 13), tratou de como a saúde se tornou parte fundamental da economia nas últimas décadas. Feo fez críticas ao avanço do que chamou de Complexo Industrial Médico e Financeiro da Saúde. "Nesses trinta anos, a saúde entrou no circuito de acumulação e produção de capital, tornando-se ator central desse processo o complexo", frisou. "Há 30 anos, o que o médico precisava para fazer uma consulta cabia em uma bolsa. Hoje, temos uma medicina altamente tecnológica que resulta em uma desumanização da saúde", acrescentou.



Gadella (ao centro), ao lado de Ribeiro: 'Aqueles que pensaram um modelo de sociedade, precisaram pensar as pessoas'

Flávia Lima / RET-SUS

Segundo Feo, o Complexo Industrial Médico e Financeiro da Saúde, formado por grandes corporações privadas, tem como finalidade a ganância e o lucro, produzindo não somente tudo o que o setor Saúde necessita, como também, vendendo planos de saúde e serviços. Os grandes negócios em saúde, cita, são a fabricação de doenças e a venda de tecnologia médica, medicamentos, vacinas, serviços clínicos e planos de saúde. “Enquanto isso, as grandes corporações vendem a ideia de que o público é para os pobres”, criticou.

Com base na revista americana *Fortune*, Feo informou que esse complexo ocupa os terceiro e quarto lugares da indústria mais rentável do mundo, perdendo apenas para os equipamentos eletrônicos e das telecomunicações. “Qual é a principal contradição disso em saúde?”, indagou. “Temos, por um lado, políticas públicas que defendem o direito à saúde. Por outro, a saúde como mercadoria, sujeita à oferta e à demanda. Mas a hegemonia neoliberal oculta essa contradição”, respondeu, lembrando que a construção de uma proposta de cobertura universal em saúde assumida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) se deu com a participação de fundações filantrópicas privadas, como a Fundação Rockefeller, e organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial. “Essa proposta é somente funcional ao mercado e ao capital”, afirmou, acrescentando que a ideia é cooptada por empresas e organismos internacionais, que se apropriaram de bandeiras históricas da medicina social, como a ideia de universalidade e de direito à saúde, para camuflar as políticas neoliberais, criando programas de saúde focalizados.

Defensor da ideia de que saúde é um direito humano, Feo propôs: resgatar e fortalecer o pensamento da medicina social e da saúde coletiva, preconizada

no Brasil na década de 1980; denunciar e confrontar as propostas que vêm do mundo e do capital; fortalecer os sistemas públicos universais; fazer investigação e formação docente para a transformação social; acompanhar os movimentos e lutas sociais; e ampliar a influência do pensamento da medicina social. Ele citou como exemplo, nesse sentido, o Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS), criado em dezembro de 2008, que aprovou um plano quinquenal (2010-2015) para o desenvolvimento de sistemas universais de saúde, incluindo o acesso universal a medicamentos, os determinantes sociais e a promoção da saúde.

## ■ Tendências

O evento comemorativo seguiu com o painel *Cooperação internacional: organismos internacionais e as políticas de saúde na América Latina*, com João Márcio Mendes Pereira, doutor em História e professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), e Maria Lúcia Rizzotto, doutora em Saúde Coletiva e professora da Universidade Estadual Oeste do Paraná.

Coube a Mendes falar sobre as principais questões teóricas e históricas da cooperação internacional no mundo e as tendências mais recentes sobre o tema. De acordo com ele, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a “ajuda” entre países passou a ser tratada como “cooperação”. “A cooperação sempre envolve um discurso bem-intencionado, mas isso se choca com o caráter discricionário de quem aciona a cooperação”, observou, explicando que a ajuda é dada a quem se quer ajudar. “Os que mais se bene-



No cerne do debate, mediado por Marcela (ao centro), os enfoques teóricos da cooperação internacional.

ficiam das desigualdades de poder do mundo são os que constroem os elos de cooperação”, esclareceu, referindo-se especialmente a modelos de cooperação propostos por países desenvolvidos.

Mendes apontou quatro principais enfoques teóricos da cooperação internacional, a citar a cooperação como instrumento de política externa dos estados doadores, a cooperação como instrumento necessário para a governança global, a avaliação dos resultados da assistência ao desenvolvimento, criando indicadores para mensurar o que é transferido e o que é aplicado, e a teoria da assistência ao desenvolvimento como uma rede e uma perspectiva de poder, identificando os padrões de gestão que devem ser difundidos. “A cooperação é uma forma de fazer política, que teve sua estreia no Plano Marshall, quando os Estados Unidos emprestaram dinheiro a fundo perdido aos países europeus em troca de algumas exigências, montando assim uma estrutura econômica de poder e contra o comunismo”, destacou o professor, em alusão ao principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, que recebeu o nome do secretário de Estado, George Marshall.

O Banco Mundial e o setor de saúde no Brasil: cooperação internacional como forma de intervenção nas políticas internas deu título à palestra de Maria Lucia. Ela lembrou as práticas do Banco Mundial, orientadas por cinco pressupostos: princípios liberais; desenvolvimento econômico; Estado com papel corretivo e compensatório das desigualdades sociais; justiça social; e equidade. Segundo ela, o Banco Mundial começou a se interessar pela área da Saúde nos anos 1970, a partir da explosão demográfica do planeta. “O objetivo era dar uma face mais humana ao banco. Mas, tinha outro interesse: o setor Saúde mobilizava — e, ainda, mobiliza — um volume razoável de recursos que interessavam bastante ao capital”, revelou.

Para intervir na Saúde dos países, explicou Maria Lúcia, o Banco Mundial passa a usar estratégias como o financiamento de programas e pesquisas e a produ-

ção e divulgação de relatórios e documentos. Sua trajetória inicia nos anos 1980, quando foram divulgados os primeiros documentos institucionais sobre o setor de Saúde brasileiro e iniciados os financiamentos aos primeiros projetos no país. “Até os anos 1980, o organismo fazia financiamentos específicos. Depois, passaram a financiar os programas de ajuste estrutural, que davam mais visibilidade a ele, bem como a produzir e divulgar relatórios e documentos”, informou, citando como exemplo os programas Governança no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro: fortalecendo a qualidade dos investimentos públicos e da gestão de recursos (2007) e Vinte anos de construção do sistema de saúde no Brasil: uma análise do Sistema Único de Saúde (2013), financiados pelo Banco Mundial. Ainda, segundo a professora, o Banco Mundial vem mudando sua estratégia e priorizando programas de ajuste estrutural com estados e municípios ao invés de projetos nacionais.

Após o debate, que contou com a mediação da vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da EPSJV, Marcela Pronko, a escola foi apresentada com a apresentação da Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí, formada por cerca de 30 jovens — um projeto social do Palácio Itaboraí (Fiocruz Petrópolis), cujo objetivo é promover a inclusão social e a capacitação profissional pela música — e uma cerimônia de lançamentos editoriais. Sete novos títulos — Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: 10 anos como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde, Conceitos básicos e aplicados em imuno-hematologia, Coleção – Conceitos e métodos para a formação de profissionais em laboratórios de saúde, Iniciação Científica na Educação Profissional em Saúde: articulando trabalho, ciência e cultura – volume 8, Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas, Trabalhadores Técnicos da Saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS e Caderno de Debates 4 – Os desafios da integração regional para os trabalhadores técnicos em saúde — passam a integrar o catálogo de publicações da EPSJV.

## ■ Missão

A EPSJV foi criada em 27 de agosto de 1985. A unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) tem como principal missão apoiar a Educação Profissional em Saúde e a Iniciação Científica no Ensino Médio, em âmbito nacional e internacional, através da coordenação e implementação de programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública, além de elaborar propostas de política, regulamentação, currículos, cursos, metodologias e tecnologias educacionais e produzir e divulgar conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde.

Mais do que uma área de atuação, a pesquisa na Escola Politécnica funciona como princípio educativo. Por essa razão, a instituição tem um Programa de Vocação Científica (Provoc), que incentiva alunos do ensino médio de escolas regulares a se interessarem pelas carreiras da investigação científica. Outro exemplo nesse sentido é o Projeto Trabalho, Ciência e Cultura, por meio do qual os alunos desenvolvem monografias de conclusão de curso, aprendendo todas as etapas de um processo de pesquisa.

Em relação ao ensino, a EPSJV oferece cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais e Manutenção de Equipamentos. Os cursos técnicos são desenvolvidos na modalidade integrada ao ensino médio.

## Politecnia

A escola tem como eixo basilar de atuação a politecnia. No Dicionário de Educação Profissional em Saúde, editado pela EPSJV, o professor e pesquisador da

Universidade Federal Fluminense (UFF) José Rodrigues define assim as possibilidades de um projeto de politecnia: “A construção de uma concepção de educação politécnica precisaria, necessariamente, estar embasada em práticas pedagógicas concretas que deveriam buscar romper com a profissionalização estreita, por um lado, e com uma educação geral e propedêutica, livresca e descolada do mundo do trabalho, por outro”.

No campo da educação, a ideia de politecnia preconiza a defesa do direito universal e a perspectiva ampliada de saúde trazida pelo SUS. “O projeto de politecnia da criação da EPSJV traduzia a articulação entre o conceito ampliado de saúde e o conceito de relação trabalho/educação, para além do capital”, observa a ex-diretora da escola, professora-pesquisadora Isabel Brasil. Em sua análise, o objetivo do projeto de educação politécnica é superar a fragmentação do conhecimento e, com isso, buscar uma sociedade justa, digna e igualitária.

Politecnia, segundo Fernando Fidalgo e Lucília Machado, editores de *Dicionário de Educação Profissional em Saúde*, “refere-se a um conceito central do pensamento pedagógico que toma o trabalho como princípio educativo. Ele compreende uma avaliação crítica da visão pragmática e instrumentalista das relações entre educação e trabalho e do dualismo entre ensino geral/acadêmico e ensino profissional, que seriam expressões da divisão social do trabalho”. Os autores acrescentam: “Do conceito de politecnia, surgem propostas sobre a formação omnilateral, a partir da integração e prática, da cultura geral e tecnológica e das diversas dimensões do processo educativo. Isso não significa ensinar tudo, mas orientar o processo de ensino/aprendizagem pelo princípio ontológico da totalidade”. ■



Exemplo de inclusão e capacitação profissional pela música marca o encerramento das comemorações.

Professora da EPSJV,  
Flávia Ribeiro cria jogo  
pedagógico sobre  
conteúdos complexos,  
estimulando o processo  
de aprendizagem de  
alunos do ensino médio.

## Imunologia de forma lúdica

### trajetórias

Flávia Lima

O que poderia ser uma simples brincadeira tornou-se um estímulo ao estudo das células e órgãos e sua interação no sistema imunológico. Do que se trata? Do Imunoreal, um jogo pedagógico de perguntas e respostas, com 40 cartas — cada uma contendo uma questão e cinco alternativas —, sobre os conteúdos da disciplina de Imunologia do Curso Técnico de Nível Médio em Saúde Integrado ao Ensino Médio, na habilitação Análises Clínicas, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Criado pela professora-pesquisadora da EPSJV Flávia Ribeiro, o jogo tem como finalidade estimular o processo de aprendizagem de estudantes adolescentes, facilitando o entendimento sobre a matéria. “Os jovens estão sujeitos a um bombardeio de informações que desviam a atenção deles. Por isso, é importante buscar alternativas didáticas que chamem a atenção deles e facilitem a compreensão do conteúdo”, justifica a professora, que ministra a disciplina desde 2008, lançando o jogo em 2010, na turma de terceiro ano do curso técnico, como uma revisão de todo o conteúdo da Imunologia, antes da aplicação das provas.

De acordo com Flávia, a dinâmica do jogo é simples: a turma é dividida em quatro equipes, que escolhem nomes para o time — como C3 Convertase, Ig Ótimos, Ostimócitos, Imunoglobinas Perspicazes e Inteligência Inata — relacionados ao conteúdo da disciplina. Após sortear a equipe que vai começar, um representante do grupo escolhe uma carta com uma pergunta. A professora lê a questão e as alternativas e o aluno escolhido pelo grupo diz se vai responder sozinho ou se precisará da ajuda dos colegas. “Ele vai ter um minuto na ampulheta para responder a pergunta. Se acertar, ganha dois imunoreais. Se tiver dúvida, pode perguntar aos colegas. Neste caso, em caso de acerto, ganha somente um imunoreal”, explicou, ressaltando que são os próprios alunos que informam se a resposta está correta ou não. “O jogo faz com que o aluno supere seus próprios limites, estimulando o trabalho em equipe e provocando uma discussão entre eles”, salientou. Na avaliação da idealizadora, a iniciativa propicia ao aluno a aquisição de conhecimento sobre o sistema imunológico e a função de seus componentes, assim como a sua aplicação no diagnóstico, de forma bastante prazerosa.

### Diversão e interação

A professora recorda que, inicialmente, a proposta do Imunoreal era apenas revisar o conteúdo da matéria antes de aplicar a prova. O jogo, porém, superou as expectativas: “Eu aplico um questionário para que os alunos digam, sem se identificar, suas impressões sobre a atividade. Muitos me revelaram que a iniciativa aumentou o conhecimento, serviu para fazer uma autocrítica da matéria etc e tal”, cita. Segundo ela, os alunos observam que o jogo propicia maior interação da turma e possibilita o trabalho em equipe.

Flávia revela que o jogo permite a compreensão dos fundamentos teóricos, e não apenas a sua execução de maneira pragmática. “Esse fato leva

à formação de um indivíduo crítico, capaz de interpretar seus resultados e analisar o seu processo de trabalho, a fim de identificar e corrigir possíveis erros ocorridos durante o processo. Além disso, tendo o trabalho como princípio educativo, ele pode intervir junto à sociedade”, orienta.

À luz do Imunoreal, a professora estuda uma proposta de jogo que agregue os conteúdos das oito disciplinas do Curso Técnico em Análises Clínicas – Hematologia, Biologia Molecular, Histologia, Parasitologia, Bacteriologia, Fluidos Corporais, Imunologia e Virologia. “A ideia é que o jogo seja usado em conjunto por todos os professores do curso como uma espécie de revisão, no último ano de formação, antes de os alunos entrarem no estágio”, revela.

Segundo ela, a ideia está sendo avaliada pelo Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde (Latec) da EPSJV, responsável pela promoção de atividades de ensino, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico em educação profissional. “O jogo serve de revisão do conhecimento, instigando os alunos a buscarem por novos desafios, possibilitando as trocas entre os colegas e permitindo ao professor observar e perceber se o conteúdo foi apreendido devidamente”, defende a professora, para quem a utilização de jogos didáticos contribui positivamente no processo de ensino-aprendizagem.

Além do Imunoreal, Flávia criou também o Úlse-rá?, cujas regras são semelhantes a uma partida de buraco, com cartas que representam células e outros elementos do sistema imunológico. Nesse jogo, os alunos devem formar trios e quintetos com as imagens correlacionadas. “Criei uma logo, desenhei as 52 cartas e construí o protótipo. Emprestei para os alunos, que adoraram. Sempre os via jogando nos corredores da EPSJV”, conta a professora, lamentando-se de ter perdido o material. “O protótipo foi perdido, mas a experiência foi excelente e me impulsionou a pesquisar mais. Quem sabe esse jogo possa ser distribuído para as escolas públicas”, deseja.

#### ■ Tema de monografia

Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), em Campos dos Goytacazes, mestre em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Viçosa (MG) e doutora em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas pela Fundação Oswaldo Cruz, Flávia Ribeiro conta que o uso de jogos em sala de aula a motivou a escolher o tema para seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Especialização em Docência em Educação Profissional em Saúde da EPSJV.

Segundo ela, o trabalho intitulado *Jogos para adolescentes na área de Ciências Biológicas: uma estratégia didática* teve como objetivo discutir as possibilidades de aplicação dos jogos em sala de aula, a fim de facilitar a compreensão do conteúdo pelo aluno. Em sua pesquisa, concluída neste ano de 2014, Flávia identificou que o jogo é bem aceito pelos alunos adolescentes, que se sentem motivados a estudar mais. O estudo concluiu que o jogo pode auxiliar o processo de aprendizagem na revisão do conteúdo, na relação entre os alunos e na percepção do conteúdo apreendido. “Os alunos dizem que o jogo é dinâmico, interativo, divertido e criativo. E que, além de ajudar a revisar o conteúdo, por meio de uma abordagem mais simplificada, permite verificar seu grau de conhecimento, funcionando como uma autoavaliação”, finaliza. ■



Flávia Lima / RET-SUS

### **Caminhos do Cuidado: nova turma de tutores em Minas Gerais**

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) realizou, em junho, a abertura da 2ª turma de formação de tutores do projeto Caminhos do Cuidado, voltado para a formação em saúde mental — com foco no cuidado de usuários de álcool, crack e outras drogas — dos agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem do país. Os participantes foram responsáveis pela formação dos profissionais do SUS da capital mineira.

A iniciativa, coordenada pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre, e Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de convênio com o Ministério da Saúde, e cuja meta geral encerra em dezembro de 2014, se dá em três etapas: os orientadores de aprendizagem, capacitados por meio de uma oficina de formação pedagógica com 24 horas, formam os tutores, que participam de curso com 40 horas de formação presencial e 80 horas de Educação a Distância (EaD), e estes formam os agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem, por meio de uma capacitação de 60 horas, sendo 40 horas presenciais e 20 horas de dispersão. “Esse evento faz parte do nosso cronograma de capacitação para a formação de novos tutores, cuja proposta é multiplicar o conteúdo entre os agentes comunitários, auxiliares e técnicos em enfermagem de Belo Horizonte, que trabalham diretamente com a área da Saúde Mental”, explicou a referência técnica do projeto na ESP-MG, Luciana Moraes. Ela informou que, em Minas Gerais, além da ESP-MG, o projeto conta com a participação da Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes).

Na avaliação do diretor-geral da ESP-MG, Rubensmidt Ramos Riani, a iniciativa contribuirá para o fortalecimento da saúde pública brasileira. “Sabemos que o crack mata mais rápido e que é uma questão social muito séria, assim como as chamadas drogas ilícitas, como o cigarro e o álcool. Por isso, acredito que esse curso irá permitir aos profissionais de saúde, principalmente aos da Atenção Básica, ter um novo olhar sobre o tema das drogas e, conseqüentemente, oferecer um melhor tratamento à população”, observou.

### **ETSUS Vitória focaliza formação em Fitoterapia**

A Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde em Vitória (ES) iniciou, em julho, a primeira turma da Capacitação em Fitoterapia na Atenção Básica, para profissionais da rede municipal de saúde. O objetivo da formação é fornecer bases teóricas e práticas para a implantação de projetos de intervenção nos serviços de saúde, com foco na promoção da saúde e na desmedicalização.

Foram disponibilizadas 30 vagas para os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória, com uma carga horária de 50 horas de aula — 40 horas presenciais e 10 horas de atividades em serviço. “Com a conclusão dessa turma, teremos profissionais atuando na implantação de projetos de fitoterapia no próprio território que compreende a unidade de saúde”, garantiu o coordenador do curso, Silvério José Rocha Elias.

De acordo com a médica fitoterapeuta e homeopata Henriqueta Sacramento, a capacitação dará aos profissionais maior embasamento quanto à prescrição de medicamentos fitoterápicos, fortalecendo as práticas educativas e promotoras de saúde. O curso atende às diretrizes da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, instituída pelo Ministério da Saúde, sendo os municípios responsáveis pela formação dos profissionais de saúde. Em Vitória, cerca de 40 mil usuários do SUS já são tratados, ao ano, com medicamentos fitoterápicos, prescritos por profissionais capacitados e disponibilizados nas farmácias da Estratégia Saúde da Família.

### Cetas inicia cursos de qualificação em promoção e assistência à saúde

O Centro de Educação Técnico Profissional na Área da Saúde (Cetas), em Rondônia, visando atender às demandas locais de formação de profissionais que já atuam nos serviços de saúde do SUS, iniciou, em maio, os cursos de qualificação em Saúde Mental, Cuidador de Idosos e Assistência em Enfermagem. O objetivo, segundo a diretora, Angelita Mendes, é proporcionar novos conhecimentos e estimular a atuação dos profissionais inseridos no SUS, sob a perspectiva do cuidado em saúde e da transformação de suas práticas, colaborando para que o usuário tenha acesso a um serviço de qualidade e humanizado.

A qualificação em Cuidador de Idosos, com carga horária de 180 horas, acontece em Rolim de Moura e Colorado do Oeste. Os municípios de Alta Floresta, Cerejeiras e Ouro Preto d'Oeste sediam a qualificação em Saúde Mental, organizada em 200 horas de aula. Já a formação em Assistência em Enfermagem, com 180 horas, está sediada em Ariquemes, atendendo os municípios que constituem a regional de saúde, bem como a cidade de Cacoal.

A escola planeja capacitar, ao todo, 180 profissionais, entre técnicos em enfermagem que atuam na Atenção Básica, nos centros de atenção psicossocial (CAPs), nas instituições de Longa Permanência de Idosos e nos hospitais e agentes comunitários de saúde da Estratégia Saúde da Família. Para tanto, o Cetas conta com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) do Ministério da Saúde. "O ano de 2014 está voltado para a valorização dos profissionais de saúde, por meio da educação permanente, o que irá contribuir para um atendimento de saúde qualificado, prestado por profissionais treinados, humanizados e conscientes de seu importante papel no SUS", concluiu Angelita.



Acervo Cetas

### Primeira turma de agentes comunitários formados na nova sede da ETSUS Blumenau

A Escola Técnica do SUS em Blumenau (SC) formou, em maio, 106 alunos na Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde. Esta foi a primeira cerimônia de formatura realizada na nova sede da escola, inaugurada em novembro de 2013. O evento contou com a presença de Andréa da Silva, diretora de Ações em Saúde de Blumenau, Marco Aurélio Georg, gerente da Estratégia de Saúde da Família do município, enfermeiros que contribuíram na formação dos alunos e professores supervisores.

### ESP-CE forma técnicos em enfermagem pela Rede e-Tec Brasil

Desde agosto de 2011, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) vem formando técnicos em enfermagem por meio do sistema Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação (MEC) — o programa visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Até novembro de 2013, foram formadas oito turmas, em oito municípios diferentes, do Curso Técnico em Enfermagem, que acontece de forma semipresencial — 50% presencial e 50% a distância —, fazendo uso da plataforma Moodle.

Na avaliação dos profissionais e alunos da Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, a educação a distância (EaD) e suas tecnologias, em expansão enquanto modalidade de ensino e possibilidade pedagógica, decorrentes do desenvolvimento tecnológico e da propagação da informação que o mundo vive nas últimas décadas, têm contribuído para o fortalecimento de vários processos formativos, incluindo a educação profissional em saúde.

### ETSUS Blumenau participa de encontro de odontologia

Alunos e professores dos cursos de Auxiliar e Técnico em Saúde Bucal da Escola Técnica do SUS (ETSUS) em Blumenau participaram do encontro do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO-SC), realizado em 27 de junho. O evento abordou os temas da competência legal da profissão, dos cuidados com pacientes especiais e dos primeiros socorros e atendimento a pacientes na odontopediatria. Para a equipe da ETSUS-Blumenau, o encontro permitiu aproximar escola e CRO e fomentar discussões, resultando no crescimento e fortalecimento da formação em Odontologia.



Acervo ETSUS Blumenau

## ESP-MG participa de encontro internacional sobre Saúde Mental

Representantes do Brasil, Colômbia, Chile, Equador e Peru, da Universidade de Dartmouth, nos Estados Unidos, da Organização Pan-Americana da Saúde e do Instituto do Banco Mundial reuniram-se em um encontro sobre o tema da Saúde Mental em Lima, no Peru. O evento, realizado em junho, contou com a participação do diretor-geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), Rubensmidt Riani, e da coordenadora do Núcleo de Redes de Atenção à Saúde do estado, Ana Regina Machado, que apresentaram experiência exitosa da escola na área com populações assentadas e acampadas em projetos de Reforma Agrária de Minas Gerais. "A participação da ESP-MG em um encontro internacional foi bastante importante, face à relevância de estarmos apresentando um trabalho realizado com êxito pela escola, que serve de exemplo para muitos países", observou Riani. "Compartilhar experiências, saberes e práticas entre diferentes países foi muito enriquecedor. Com certeza, aprendemos muito nas interlocuções que estabelecemos com outros colegas do campo da Saúde Mental", acrescentou Ana Regina.

Os participantes do encontro receberam um kit com publicações produzidas pela ESP-MG, com destaque para o caderno Cuidados em Saúde Mental – Diálogos entre o MST e o SUS. O livro foi resultado da Oficina de Educação Popular em Saúde Mental para populações assentadas e acampadas em projetos de reforma agrária do estado de Minas Gerais, desenvolvida em 2012, com a participação de 35 alunos, entre cuidadores populares, lideranças de saúde, assentados e acampados em áreas do MST de diversas regiões do estado, e de 35 trabalhadores da Rede de Saúde Mental e da Atenção Básica do SUS mineiro, abarcando, ao todo, 35 municípios, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Minas Gerais (sobre essa iniciativa, ver matéria de capa da Revista RET-SUS nº 65, de maio de 2014). "Essa experiência chamou a atenção de alguns países, em mesas nas quais pudemos apresentá-la, ainda que de maneira muito breve", revelou Ana Regina. Segundo ela, alguns países reconheceram a carência de profissionais especializados para desenvolver o cuidado em Saúde Mental. "O projeto com o MST mostrou que é possível desenvolver cuidados a partir de saberes populares e de cuidadores que não são técnicos, mas que aprimoraram suas práticas por meio do diálogo com trabalhadores da Saúde Mental", explicou.

## ETSUS Maranhão realiza formatura de técnicos em hemoterapia

A Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS-MA), no Maranhão, realizará, no dia 25 de julho, a formatura de duas turmas do Curso Técnico em Hemoterapia, envolvendo 43 profissionais do SUS. Segundo a coordenadora do curso, Patrícia de Sousa Veras, os alunos estão em fase final do estágio curricular. A formação, iniciada em julho de 2012, durou dois anos, com carga horária de 1.620 horas. "Teremos profissionais qualificados para atuar em todo ciclo do sangue", garantiu Patrícia.

## ETSUS Blumenau focaliza o tema da violência

Alunos dos cursos de Auxiliar e Técnico em Saúde Bucal da Escola Técnica do SUS em Blumenau participaram, em maio, de uma roda de conversa sobre o tema da violência. A atividade, iniciada pela leitura do texto sobre o assunto do Comitê Permanente de Implementação e Monitoramento da Rede de Atenção Integral à Pessoas Expostas à Violência Sexual, Doméstica, Familiar ou Institucional, resultou em frases e fotos apresentadas pelos alunos e na ressignificação de conceitos e preconceitos em torno dos vários tipos de violência.



Acervo ETSUS Blumenau

## Cefor Paraná forma técnicos em Vigilância em Saúde

Em junho, o Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha, vinculado à Escola de Saúde Pública do Paraná, realizou a formatura da última turma do Curso Técnico em Vigilância em Saúde, relativa ao período 2012-2013. O grupo iniciou a formação em março de 2012, concomitantemente a outras 20 turmas — uma em Curitiba e 20 descentralizadas nas regionais de Saúde do Paraná (Paranaíba, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Foz de Iguaçu, Cascavel, Campo Mourão, Umuarama, Cianorte, Paranavaí, Maringá, Apucarana, Londrina, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Toledo, Telêmaco Borba e Ivaiporã). Com essa formatura, a escola soma 423 novos técnicos em vigilância em saúde a contribuir para a construção social do SUS.



Acervo Cefor Paraná

### Escolas de São Paulo formam mais de sete mil profissionais no Projeto Caminhos do Cuidado

Os seis centros de Formação de Recursos Humanos para o SUS (Cefor) do estado de São Paulo — Araraquara, Assis, Franco da Rocha, Osasco, Pariqueira-Açú e São Paulo — e a Escola Municipal de Saúde (EMS) já formaram, ao todo, 7.721 profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto do Projeto Caminhos do Cuidado, cujo foco é a capacitação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) dos agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem da Atenção Básica. Os trabalhos foram iniciados em outubro de 2013, contribuindo para a formação desses profissionais quanto ao acolhimento e à escuta qualificada dos usuários do SUS.

### ESP-CE inicia aperfeiçoamento em Vigilância em Saúde

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), por meio de sua Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps), iniciou, em 14 de junho, uma nova turma do Aperfeiçoamento em Vigilância em Saúde, para os agentes de combates a endemias e demais agentes que atuam na área. A formação abarca, ao todo, 240 supervisores de Vigilância em Saúde do estado, que desenvolvem importante papel na saúde dos territórios.

O curso tem a carga horária de 168 horas de aulas teóricas e práticas e 12 horas de atividades externas, distribuídas em quatro módulos de aprendizagem. Na primeira semana de aula, foram abordados os temas Organização do SUS e o trabalho do agente de combate às endemias, Vigilância em Saúde, Saúde do trabalhador e controle químico e Programas e ações para prevenção e controle de endemias.

De acordo com a diretora de Educação Profissional em Saúde, Ondina Canuto, a formação foi estruturada com o objetivo de oportunizar aos trabalhadores de combate às endemias novos processos de aprendizagem, ampliando as visões sobre o SUS e o campo da Vigilância em Saúde, aperfeiçoando a prática profissional e qualificando a atenção à população dos territórios onde atuam. A formação tem a parceria do Ministério da Saúde e das secretarias da Saúde do Estado do Ceará e Municipal de Saúde de Fortaleza.



Arquivo ESP-CE

### Técnico em Saúde Bucal da ESP-CE na fase de estágio



Arquivo ESP-CE

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), por meio de sua Diretoria de Educação Profissional, promove mais uma turma do curso Técnico em Saúde Bucal. Em julho, a formação encontrava-se no fim da primeira fase do estágio supervisionado, relativa ao segundo módulo específico. Ao todo, 56 alunas participam de atividades profissionais, sob a supervisão de dentistas das unidades de saúde. O curso tem 1.800 horas de aula, incluindo 600 horas de estágio supervisionado, com conclusão em outubro de 2014. "A experiência foi bastante enriquecedora", avaliou a aluna Regilene Sousa do Nascimento, estagiária do Centro de Saúde do Meireles.

### Festa típica do Nordeste faz alusão aos 20 anos do Cefor-PB

Para comemorar os 20 anos de escola, completados em 11 de abril, o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-PB) promoveu, no dia 13 de junho, uma festa junina. Participaram da comemoração a diretora, Candice Chiara, coordenadores, facilitadores e estudantes da escola, além de diretores de hospitais e representantes da Secretária de Saúde do Estado da Paraíba. A animação ficou por conta de um trio de forró pé de serra e da realização de um sorteio de três balaios. O Cefor-PB é responsável pelas capacitações dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), em nível técnico, e pela gestão da Educação Permanente em Saúde no estado.

## ESP-CE forma as primeiras turmas de áreas prioritárias do Profaps

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) realizou, em junho, a formatura de 88 alunos dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Citopatologia, Hemoterapia e Radiologia, áreas prioritárias do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) do Ministério da Saúde (MS). A cerimônia, realizada na capital Fortaleza, com a presença de familiares e amigos, resultou de um esforço da ESP-CE quanto à preparação dos docentes, do apoio do MS, da participação de especialistas, vinculados à Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, e da autorização do Conselho Estadual de Educação. "Lembro o dia 12 de novembro de 2011, quando, reunidos no auditório do Hospital Geral de Fortaleza, realizamos nossa aula inaugural. As expectativas eram grandes, pois a escola tinha um grande desafio de ofertar quatro cursos novos, extremamente complexos e com conhecimentos bem específicos", recordou a diretora de Educação Profissional da escola, Ondina Canuto.

Os cursos têm como fundamento as políticas Nacional e Estadual de Educação Permanente em Saúde, buscando transformar e qualificar as práticas de saúde por meio da formação e desenvolvimento dos trabalhadores. O objetivo foi formar profissionais técnicos, envolvidos com o compromisso social e a ética profissional, a fim de contribuir com a excelência da atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida da população cearense. "Esse é um momento de enriquecimento pessoal e da sociedade, que, hoje, recebe profissionais formados com qualidade. Reconhecemos os esforços que cada um fez para estar aqui", disse a superintendente da ESP-CE, Ivana Barreto.

Para a aluna do curso Técnico em Citopatologia Maria de Fátima Ferreira, funcionária do Instituto de Prevenção do Câncer, a formação representou oportunidade de adquirir novos conhecimentos e traçar novos objetivos. "Vivenciei experiências inéditas no laboratório da escola. Posso dizer que fui vitoriosa ao enfrentar um mundo novo que a Citopatologia me apresentou", resumiu.

Os cursos técnicos, iniciados em novembro de 2011, tiveram a duração de 1.800 horas, a exceção do Técnico em Radiologia, com 1.900 horas. As aulas da formação técnica em Hemoterapia foram realizadas no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce) e as dos demais cursos, na Diretoria de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE. Os cursos foram destinados aos trabalhadores do SUS, indicados pelos gestores das unidades de Saúde as quais estavam vinculados.



Arquivo ESP-CE

## Medidas para reduzir número de cesarianas são submetidas à consulta

Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que, no máximo, 15% dos partos sejam cesarianas, no Brasil o índice é de 52%, chegando a 88% na rede privada. Os dados, divulgados em maio, são da pesquisa *Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento*, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Ministério da Saúde, e alertam para um problema complexo e antigo. Por conta disso, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) colocou em consulta pública duas resoluções que visam a reduzir o número de cesarianas desnecessárias na saúde suplementar brasileira.

As medidas preveem que as beneficiárias de planos de saúde possam solicitar taxas de cesárea e partos normais por estabelecimento e por médico, independentemente de estarem grávidas, bem como a apresentação do partograma — que deverá conter anotações do desenvolvimento do trabalho de parto e das condições de saúde maternas e fetais — e a distribuição, pelos planos de saúde, do Cartão da Gestante e da Carta de Informação à Gestante para registro de consultas de pré-natal, com orientações e dados de acompanhamento da gestação.

As novas normas estão disponíveis para análise da população no site da ANS ([www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)). O envio das contribuições deve ser feito até o dia 23 de novembro, por meio de formulário disponível, também, no portal da agência. A expectativa do governo é que as mudanças entrem em vigor em dezembro.

## Levantamento

A pesquisa *Nascer no Brasil*, que acompanhou mulheres e bebês em todo o país, entre 2011 e 2012, revela que seis em cada dez mulheres preferem, no início da gravidez, parir naturalmente. A avaliação muda durante a gestação e, principalmente, na hora do parto, por causa de procedimentos violentos. Entre as vantagens do parto normal, esclarece o levantamento, está a redução da morte materna e de complicações hemorrágicas e infecciosas. Para os bebês, diminui o risco de morte intrauterina, complicações respiratórias e problemas como asma e obesidade na infância.

#### AC - Acre

**Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha**  
(68) 3227-2716 / 3226-7330 . escoladesaude.educacao@ac.gov.br . www.idep.ac.gov.br

#### AL - Alagoas

**Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora**  
(82) 3315-3403 . etsal@etsal.com.br . www.etsal.com.br

#### AM - Amazonas

**Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra**  
(92) 3878-7620 . etsus\_saavedra@yahoo.com.br . www.cetam.am.gov.br

#### AP - Amapá

**Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza**  
(96) 3212-5175 . grazielareis2010@bol.com.br

#### BA - Bahia

**Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis**  
(71) 3356-0138 / 0129 / 3357-2496 . sesab.efts@saude.ba.gov.br  
www.saude.ba.gov.br/efts

#### CE - Ceará

**Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia**  
(88) 3614-5520 / 5570 . escoladesaudefamilia@sobral.ce.gov.br  
www.blogdaescolasobral.blogspot.com.br

**Escola de Saúde Pública de Iguatu**  
(88) 3581-1708 . espiguatu@yahoo.com.br  
www.iguatu.ce.gov.br/c/escola-de-saude-publica-de-iguatu

**Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues**  
(85) 3101-1401 / 1403 . esp@esp.ce.gov.br . www.esp.ce.gov.br

#### DF - Distrito Federal

**Escola Técnica de Saúde de Brasília**  
(61) 3325-4944 / 3327-3914 . etesb.fepecs@gmail.com . www.etesb.fepecs.edu.br

#### ES - Espírito Santo

**Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva**  
(27) 3132-5055 / 5074 / 5194 (fax) / 3222-3069 . escolasaude@vitoria.es.gov.br  
www.vitoria.es.gov.br/servidor/escola-de-saude

**Núcleo de Educação e Formação em Saúde da SES/ES**  
Tel: (27) 3636-8249 / 8256 / 8257 / 8232 (fax) . nef.s.dlr@saude.es.gov.br

#### GO - Goiás

**Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago**  
(62) 3201-3428 / 3425 . cepsaudeses@gmail.com . www.saude.go.gov.br

#### MA - Maranhão

**Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva**  
(98) 3221-5547 / 9137-6220 / 3222-8347 . etsusma@hotmail.com

#### MG - Minas Gerais

**Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais**  
(31) 3295-5090 / 6772 / 5896 . diretoria@esp.mg.gov.br / diretoriaesp@gmail.com  
www.esp.mg.gov.br

**Centro de Educação Profissional e Tecnológica / Escola Técnica de Saúde de Unimontes**  
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592 . ets@unimontes.br . www.unimontes.br

#### MS - Mato Grosso do Sul

**Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão**  
(67) 3345-8055 / 8056 . etsus@saude.ms.gov.br

#### MT - Mato Grosso

**Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso**  
(65) 3613-2229 / 9983-9974 . dgesp@ses.mt.gov.br . www.saude.mt.gov.br/escola

#### PA - Pará

**Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres**  
(91) 3202-9300 . etsuspa@gmail.com . www.sespa.pa.gov.br/etsus

#### PB - Paraíba

**Centro Formador de Recursos Humanos**  
(83) 3218-7763 / 7765 / 7501 . ceforsuspb@gmail.com . www.ceforspb.wordpress.com

#### PE - Pernambuco

**Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco**  
(81) 3181-6090 . esppe.ses@hotmail.com . www.saude.pe.gov.br

#### PI - Piauí

**Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde  
Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez**  
(86) 3216-6406 / 2668 . etsus.piceeps@gmail.com

#### PR - Paraná

**Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha**  
(41) 3342-2293 . cenforpr@sesa.pr.gov.br . www.saude.pr.gov.br

#### RJ - Rio de Janeiro

**Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos**  
(21) 2334-7274 / 7268 . ets@saude.rj.gov.br

**Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**  
(21) 3865-9797 . epsjv@fiocruz.br . www.epsjv.fiocruz.br

#### RN - Rio Grande do Norte

**Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde  
Dr. Manoel da Costa Souza**  
(84) 3232-7634 / 0823 . cefope@rn.gov.br . www.cefope.rn.gov.br

#### RO - Rondônia

**Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde de Rondônia**  
(69) 3216-7307 / 7304 (fax) . cetras.ro@gmail.com . www.cetras.ro.gov.br

#### RR - Roraima

**Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima**  
(95) 3224-0092 / 3623-6891 . etsus\_rr@hotmail.com . www.saude.rr.gov.br/etsus\_rr

#### RS - Rio Grande do Sul

**Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Estado  
do Rio Grande do Sul**  
(51) 3901-1508 / 1494 / 1506 . etsus@saude.rs.gov.br

#### SC - Santa Catarina

**Escola de Formação em Saúde**  
(48) 3246-4647 / 7038 / 3258-9397 . direcaoefos@saude.sc.gov.br /  
contatoefos@saude.sc.gov.br . www.efos.saude.sc.gov.br

**Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau**  
(47) 3322-4271 . etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

#### SE - Sergipe

**Centro de Educação Permanente da Saúde**  
(79) 3259-8500 . saude.ceps@aracaju.se.gov.br

**Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe**  
(79) 3211-5005 . etsus@funesa.se.gov.br . www.ses.se.gov.br

#### SP - São Paulo

**Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS-SP de Araraquara**  
(16) 3335-7545 . cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco**  
(11) 3681-3994 / 3699-1916 (fax) . cefor-osasco@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis**  
(18) 3302-2226 / 2216 . drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para a Saúde Franco da Rocha**  
(11) 4811-9392 . chj-cefor@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo**  
(11) 5080-7458 / 7459 / 7462 (fax) . ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde de Pariquera-Açu**  
(13) 3856-2362 / 9716 . ceforh@consaude.org.br / ceforh@consaude.org.br  
www.consaude.org.br

**Escola Municipal de Saúde de São Paulo**  
(11) 3846-4569 / 1134 . emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br / ems@prefeitura.sp.gov.br  
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ems

#### TO - Tocantins

**Superintendência da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde**  
(63) 3218-6280 / 6277 . etsus@saude.to.gov.br . www.etsus.to.gov.br

# facebook

Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse [www.facebook.com/retsussaude](http://www.facebook.com/retsussaude)



A Rede de Escolas Técnicas do SUS conta com mais um espaço de compartilhamento de informações. Além do site e o twitter, a RET-SUS está no facebook. Curta a nossa página e tenha acesso às notícias sobre as 40 escolas da Rede e aos conteúdos sobre educação, saúde e trabalho.

<https://www.facebook.com/retsussaude>

